

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE DIREITO

TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DO SEXO E LEGALIDADE

NICOLE LATORRACA OLIVEIRA

RIO DE JANEIRO

2017/1

NICOLE LATORRACA OLIVEIRA

TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DO SEXO E LEGALIDADE

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel em Direito, sob a orientação do **Professor Dr. Rodrigo Carelli.**

RIO DE JANEIRO
2017/1

CIP - Catalogação na Publicação

L642t Latorraca Oliveira, Nicole
 TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DO SEXO E LEGALIDADE
 / Nicole Latorraca Oliveira. -- Rio de Janeiro,
 2017.
 80 f.

 Orientador: Rodrigo Carelli.
 Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
 Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
 de Direito, Bacharel em Direito, 2017.

 1. Prostituição. 2. Trabalho do sexo. 3. Direito
 do Trabalho. 4. Descriminalização. 5. Regulamentação.
 I. Carelli, Rodrigo, orient. II. Título.

341.55524

NICOLE LATORRACA OLIVEIRA

TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DO SEXO E LEGALIDADE

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel em Direito, sob a orientação do **Professor Dr. Rodrigo Carelli.**

Data da Aprovação: ____ / ____ / ____.

Banca Examinadora:

Orientador

Membro da Banca

Membro da Banca

RIO DE JANEIRO
2017/1

AGRADECIMENTOS

Depois de 5 anos, que parecem ter passado rápido demais, vejo que a Faculdade Nacional de Direito foi a minha melhor escolha. Graças a ela, amadureci e consegui compreender que o importante é o amor de qualquer forma que ele figure.

Não poderia deixar de agradecer ao meu professor e orientador Rodrigo Carelli, exemplo dentro e fora de sala de aula. Foi em suas aulas de Direito do Trabalho que comecei a refletir sobre o tema desta monografia e com a sua ajuda que ela está pronta. A você, Mestre, serei eternamente grata. Por todos os ensinamentos, pela paciência, disponibilidade e carinho.

Aos meus pais, Ana Cristina e Eduardo e ao meu irmão, Matheus, por nunca me deixarem desistir, por seu apoio incondicional e por serem sempre a minha força para ser uma pessoa melhor. O amor de vocês me impulsiona todos os dias.

Aos meus padrinhos, Maria Celia e Roberto, por toda o amor e apoio durante toda a vida, mas principalmente durante a graduação. Sem vocês, teria sido mais difícil.

Aos meus tios, Antonio Carlos e Celia, por sempre me desafiar a ser melhor e me cobrarem os resultados. O impulso de vocês faz toda a diferença.

Como não poderia deixar de ser, não há como olhar para trás sem pensar nos amigos que me apoiaram e foram peça chave para aguentar toda a pressão da graduação. Minha eterna gratidão a Brunna, minha amiga com quem sei que posso contar. A Bernardo, amigo querido que a cada dia que passa tenho mais certeza de que somos para sempre e a todos os amigos do Recreio, que me ensinaram que a amizade é capaz de tudo. Aos amigos de Jacarepaguá, de quem nunca poderia me esquecer e que são parte importantíssima da minha formação. Às minhas queridas amigas do Santa Mônica, que levarei para a vida inteira com toda a certeza. Aos amigos da Souza Cruz, vocês terão sempre um lugar especial em minha memória e coração.

Às Lindas da Barra, os presentes que a FND me deu. Tenho certeza que a nossa amizade mudou as nossas vidas e que ainda teremos muitas histórias pela frente. A Thaís e Bianca, apesar de tudo e qualquer coisa, a nossa amizade é mais forte. Estamos juntas. A Dani, Gabi,

Vivian e José Maurício, obrigada pela amizade e por todas as risadas. Com vocês compartilhei meus medos, meus desesperos, minhas conquistas e minhas alegrias. Agradeço especialmente ao Pedro, que de namorado de amiga passou a ser um amigo leal. Amigos, esses 5 anos de faculdade não teriam sido nada sem vocês.

E a todos os amigos que mesmo não mencionados são sempre lembrados e nunca esquecidos.

Por último e nunca menos importante, agradeço à Faculdade Nacional de Direito, essa autarquia de tanta importância e símbolo de resistência. Um orgulho que não cabe no peito. E as suas cores azul e amarela por me proporcionarem um amor incondicional e que fazem a Central do Brasil ser ponto de referência de afeto.

RESUMO

Este trabalho busca tratar dos efeitos que a falta de regulamentação trabalhista com relação à prostituição provoca. Apesar de ser a profissão mais antiga do mundo, não recebe o enfoque necessário pelo ramo trabalhista e somente é suscitada sob o viés penal. Diante da portaria ministerial nº. 397, de 9 de outubro de 2002, que instituiu a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, o objetivo é apontar a existência de relação de trabalho e vínculo empregatício no âmbito do trabalho do sexo restando ressalvadas as devidas diferenças no que tange a subordinação. Também é considerado o aspecto internacional, vez que o trabalho da sexualidade é tratado de forma descriminalizada e regulamentada em países como Nova Zelândia e Alemanha. Além de ponderar a opinião da Organização Anistia Internacional, que lançou uma resolução em 2015 a favor da descriminalização da prostituição. Ademais, observa o papel do INSS no que diz respeito à contribuição e compreende que, embora haja a possibilidade de cadastro como trabalhador autônomo, a profissão do sexo contempla riscos inerentes e, por isso, a necessidade de políticas públicas em favor desses trabalhadores e de conscientização de forma geral na sociedade. Foi feita uma análise da abordagem legislativa brasileira frente à Consolidação das Leis Trabalhistas, ao Código Penal e aos projetos de lei nº 3436/1997, nº 98/2003, nº 4244/2004 e 4211/2012, além do tratamento dado pela legislação da Nova Zelândia e da Alemanha.

Palavras-chaves: prostituição –trabalho do sexo – regulamentação –direito do trabalho – regulamentação – descriminalização

ABSTRACT

This paper seeks to deal with the effects that the lack of labor regulations in relation to prostitution causes. Despite being the oldest profession in the world, it does not receive the necessary focus by the labor branch and is only raised under the criminal bias. Before ministerial order no. 397 of October 9, 2002, which instituted the Brazilian Classification of Occupations - CBO, the objective is to indicate the existence of employment relationship and employment relationship in the scope of the work of sex, except for the due differences regarding subordination. The international aspect is also considered, since the work of sexuality is treated decriminalized and regulated in countries such as New Zealand and Germany. In addition to weighing the opinion of the International Amnesty Organization, which launched a resolution in 2015 in favor of the decriminalization of prostitution. In addition, it observes the role of the INSS regarding the contribution and understands that, although it is possible to register as a self-employed person, the sex profession contemplates risks inherent to itself and, therefore, the need for public policies in favor of these General awareness in society. An analysis was made of the Brazilian legislative approach to the Consolidation of Labor Laws, the Criminal Code and bills 3436/1997, 98/2003, 4244/2004 and 4211/2012, as well as an assessment of the treatment given by Legislation in New Zealand and Germany.

Keywords: prostitution - sex work - regulation - labor law - regulation – decriminalization

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. OS TRABALHORES DO SEXO ATRAVÉS DOS TEMPOS.....	14
1.1. Primórdios do trabalho da sexualidade	14
1.1.1. A Grécia de Sólon	15
1.1.2. O Império Romano	16
1.2. O caminho para a ilegalidade	18
1.2.1. A reprimenda da Idade Média	18
1.2.2. Séculos a frente	20
2. O TRATAMENTO DO TRABALHO DA SEXUALIDADE NO DIREITO BRASILEIRO	25
2.1. O Direito Penal e os profissionais do sexo	26
2.2. O Direito do Trabalho e os profissionais do sexo	33
2.2.1. O contratualismo do Direito do Trabalho	37
2.2.2. Prostituição x relação de trabalho	42
3. UM REDIRECIONAMENTO DEVIDO DO DIREITO FACE AOS PROFISSIONAIS DO SEXO.	49
3.1. O trabalho da sexualidade e o século XXI	49
3.1.1. Panorama internacional	49
3.1.1.1. Alemanha	49
3.1.1.2. Nova Zelândia	51
3.1.1.3. Anistia Internacional	53
3.1.2. Vislumbre legislativo brasileiro	56
3.2 O Direito do Trabalho e a construção da dignidade dos profissionais do sexo – uma nova leitura	62
CONCLUSÃO	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo questionar e demonstrar o motivo pelo qual prostitutas e prostitutos doravante denominados simplesmente profissionais do sexo , podem e devem ter os mesmos direitos trabalhistas que quaisquer profissionais.

A escolha do tema se deve à relevância dos direitos trabalhistas diante dos profissionais do sexo e da sociedade, uma vez que, contrariamente ao senso comum, tais direitos fundamentais favoreceriam não só quem promove o exercício da “profissão do sexo” e quem desta faz uso, mas também quem com estes não se relaciona.

A prostituição aliada ao Direito do Trabalho somente traria benefícios e produziria impactos extremamente positivos à vida coletiva na sociedade contemporânea. Diante de uma profissão regulamentada, pode-se exigir maior segurança ao trabalho.

A criminalização da profissão não embasa nada a não ser abuso e falta de controle para os profissionais com relação ao seu trabalho e a sua própria vida. Ora, uma vez que o instrumento do seu trabalho é o seu corpo, o mínimo seria segurança ao se tratar de saúde.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, nota-se, em seu artigo 5º, que, ao tratar de dos direitos e garantias fundamentais, assim dispõe:

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;”

Além disso, o exercício da prostituição também não se debruça em brechas do Código Penal, já que o tipo penal previsto na legislação trata do favorecimento pela prostituição e da exploração sexual:

“[Art. 228](#). Induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

[Art. 229](#). Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente:

[Art. 231](#). Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro.

Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos.

[Art. 231-A](#). Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para o exercício da prostituição ou outra forma de exploração sexual:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos.”

Como se pode notar, a prostituição não é atividade ilícita. O tipo penal com previsão de pena de reclusão é a sua exploração por terceiros.

Contudo, angustiante é constatar que mesmo não sendo um tipo penal, os profissionais que optam pelo sexo como forma de sustento têm menos direitos do que alguém que comete um crime previsto em lei.

A Lei de Execução Penal, Lei nº 7.210/1984 comprova tal fato:

“Art. 41 - Constituem direitos do preso:

II - atribuição de trabalho e sua remuneração;

III - Previdência Social;

V - proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação;

VI - exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena;

VII - assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa;”

Dessa forma, por que não é possível aceitar que cidadãos, que somente pela sua escolha profissional inadmitida pelo padrão estabelecido pela sociedade, que pagam seus impostos, têm residência fixa e vivem em um contexto familiar não tenham garantias fundamentais primárias?

Trazer à tona tal questionamento certamente proporrá discussões ilustrativas do que a sociedade concebe como certo e errado. Por isso, regular o exercício da prostituição se demonstra determinante.

Tendo em vista a era contemporânea eivada de padrões e estereótipos baseados em culto ao corpo e à beleza específica, deixando tudo o que não se encaixa à deriva, é possível afirmar que escolher uma vertente diferente é, no mínimo audacioso.

Ao falar de prostituição, apesar de se tratar uma das profissões mais antigas do mundo, as pessoas tendem a ocultar a sua existência. Porém, o que seriam dos prostituídos se não existissem os “prostituidores”?

A profissão do sexo, embora relacionada com pobreza e falta de escolha, muitas das vezes é enxergada como uma grande oportunidade para mulheres e homens de se fazer algo de que se gosta e com prazer. Prazer não no sentido sexual da palavra, mas sim, como uma pessoa que se vê exercendo uma profissão.

Os valores estabelecidos pela sociedade são, de fato, padronizados. Porém se baseiam em uma sociedade que já não existe mais. Uma sociedade subserviente à vontade somente do homem e em que mulheres tinham a precípua função de agradá-los. As esposas, na maioria

das vezes, tinham funções domésticas e reprodutoras, enquanto os chefes de família tinham o direito de se divertir com as “mulheres da rua”, que nunca seriam boas o suficiente para casar.

Diante de uma constatação tão paternal deste passado ainda tão presente, não se deveria, ao invés de estimular a extinção dessa forma de trabalho, reavaliar os padrões morais enraizados e subverte-los ao atual contexto?

Ora, partindo do pressuposto de que o ato de se prostituir não é crime, por que tratar como uma ação tão vil? Por que não é possível conceder direitos e garantias fundamentais tão comuns a pessoas que praticam uma atividade que não afeta o resto da sociedade enquanto esse direito é tão garantido a “pessoas de bem” quanto a pessoas que agem em desconformidade com o código penal e por isso cumprem pena?

O objetivo da presente pesquisa é compreender a resistência em regulamentar direitos trabalhistas para quem exerce a profissão do sexo e a descriminalização diante da sociedade.

É importante salientar que os benefícios da posituação da profissão afetariam toda a sociedade, uma vez que poderiam existir sindicatos, recolhimentos para o imposto de renda.

Além disso, a partir de uma análise social, a regulamentação da prostituição serviria como um primeiro passo para extinguir o estigma que a profissão carrega – injustamente, o que possibilitaria também o combate às drogas e ao alcoolismo e às doenças sexualmente transmissíveis diminuindo, assim, a taxa de mortalidade.

Em se tratando de doenças sexualmente transmissíveis, regulamentar a profissão do sexo traria ainda o benefício de poder haver eventos e treinamentos para profissionais e clientes – sem constrangimentos – visando o esclarecimento quanto à transmissão de doenças sexualmente transmissíveis, em especial a AIDS, e a distribuição de preservativos.

1. OS TRABALHADORES DO SEXO ATRAVÉS DOS TEMPOS

1.1. Primórdios do trabalho da sexualidade

O trabalho da sexualidade, popularmente conhecido como prostituição, existe desde os prelúdios das civilizações, apesar de não haver comprovação científica e do abjuramento da história, é de certo afirmar que se trata da “profissão mais antiga do mundo”.

Muito antes de ser convertido em pecado, na Antiguidade, “a busca pelo prazer, pela satisfação do desejo não é, em si considerada, algo mau. Nem por isso, contudo, o ato sexual deixa de obter desde a Antiguidade a sua carga de conotação moral”¹.

Na Grécia Antiga, existia o culto à deusa-mulher. Um híbrido entre mundano e divino pelo qual havia uma sacralidade em volta da figura da mulher tendo em vista o seu poder de fertilidade.

Sendo essa figura na terra, as sacerdotisas detinham o poder sobre a sua própria sexualidade e muito além disso, incentivavam a coletividade à busca como oferta aos deuses por meio de ritos sexuais. “[...]essas deusas prostitutas exerciam seu papel social: interligar, por meio do sexo, as pessoas à divindade”².

Importante frisar o uso do termo “pessoas”, uma vez que não há fontes que permitam comprovar as funções sexuais de homens e mulheres. Sendo assim, resta claro que a heterossexualidade, assim como a homossexualidade e a bissexualidade não eram paradigmas seguidos, mas sim a plenitude como objetivo final.

A partir da concepção cristã, a posição ocupada pelas sacerdotisas e, conseqüentemente, seu poder e função social passam a ser rebaixados quando se toma a intermediação entre divino e mundano pela relação religiosa do Pai e do Filho.

1 MUÇOUÇA, Renato de Almeida Oliveira. Trabalhadores do sexo e seu exercício profissional: delimitações entre as esferas penal e trabalhista. São Paulo: LTr, 2015. p. 26.

2 Idem.

Foram necessários milhares de anos para que o prestígio da mulher, na figura da prostituta, fosse rechaçado. Com isso, foi instaurada a monogamia como “forma de transmissão de bens e da propriedade privada”³. Contudo, a instituição da prostituição não ficou menos forte por isso, vez que a tendência poligâmica do homem tolerava relações com as prostitutas sem fins reprodutivos, apenas para satisfazer seus instintos animais traduzidos por seus desejos sexuais.

1.1.1. A Grécia de Sólon

Tendo sido eleito arconte em 594 a.C., a Sólon é concedido o poder absoluto para realizar as reformas que acredite ser necessárias⁴. No entanto, suas reformas políticas e econômicas tenderam a beneficiar os homens livres e proprietários.

O estadista foi o responsável por institucionalizar o papel das mulheres na sociedade. Às esposas foram conferidas o papel de dóceis e submissas e “deveriam encontrar nessas virtudes presas ao lar à educação dos filhos, ao total confinamento [...], o esmerado exemplo a ser seguido por todas as famílias de bem”⁵.

Dessa forma, entende-se que as mulheres que não seguissem o modelo de mulher de bem estatuído pelo legislador estariam indo contra os seus deveres civis. Ou seja, as prostitutas, quase tão independentes quanto os homens, passam a se tornar uma ameaça que Sólon trata de estatizar.

3 MUÇOUÇA, Renato de Almeida Oliveira. Trabalhadores do sexo e seu exercício profissional: delimitações entre as esferas penal e trabalhista. São Paulo: LTr, 2015. p. 26.

4 FRANÇA, José Felipe Quintanilha. DEMOCRACIA, A HERANÇA GREGA DE ATENAS NO PENSAMENTO POLÍTICO UNIVERSAL (SÓLON / CLÍSTENES / PÉRICLES). Disponível em <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=b6846b0186a035fc>. Acesso em 30 abr. 2017.

5 MUÇOUÇA, Renato de Almeida Oliveira. Trabalhadores do sexo e seu exercício profissional: delimitações entre as esferas penal e trabalhista. São Paulo: LTr, 2015. p.30.

O legislador não proibiu a prostituição. Pelo contrário, traçou o tratamento da prostituição como prática social e instituiu os bordéis oficiais como locais próprios à prática do sexo pago.

Filémon, narra em sua obra *Irmãos*, que Sólon demarcou o local das prostitutas a bordéis:

‘Tu encontre a solução para todos os homens, Sólon:
conta-se, de facto, que foste o primeiro a perceber isto,
por Zeus, o único a encontrar um recurso democrático e salvador
(e parece-me bem proclamá-lo, Sólon);
ao veres que a cidade se encontrava repleta de jovens
e que eles estavam dominados pelos seus naturais apetites,
andando errantes por locais inapropriados,
tu recrutaste mulheres e colocaste-as em certos lugares,
tornando-as assim comuns e disponíveis para todos.’⁶

Considera-se que intenção de Filémon teria sido postular que “uma verdadeira democracia não existiria enquanto o acesso ao prazer sexual (fora do casamento) permanecesse um privilégio de apenas alguns”⁷.

Tendo sido inserida na administração do Estado, a prostituição passa a ser prática pagadora de tributos e, conseqüentemente, auferindo lucros enriquecendo Atenas.

Com a morte de Sólon em 558 a.C., a legislação referente à prostituição, o que inclui a taxa da prostituta, que servia para toda pessoa que quisesse, abrir o seu próprio bordel, passou a ser flexibilizada. Diferentemente de Sólon, que tinha como preocupação principal de seu governo a renda tributária, seus sucessores tenderam a reconhecer o valor social e econômico

6 LEÃO, Delfim. Sólon e as normas sobre prostituição e instituição de bordéis em Atenas. Disponível em <https://digitalisdsp.uc.pt/bitstream/10316.2/37512/1/Solon%20e%20as%20normas%20sobre%20prostituicao.pdf>. Acesso em 30 Abr. 2017.

7 HARTMANN (2002) 248–9; Grazebook, in Grazebrook et al. (2011) 53 apud Leão, Delfim. Sólon e as normas sobre prostituição e instituição de bordéis em Atenas. Disponível em <https://digitalisdsp.uc.pt/bitstream/10316.2/37512/1/Solon%20e%20as%20normas%20sobre%20prostituicao.pdf>. Acesso em 30 Abr. 2017.

que a prostituição repassava para o Estado. Sendo assim, as leis que regulavam o assunto não reassumiram a austeridade primeiramente imposta⁸

1.1.2. O Império Romano

Como em Atenas, a prostituição se fazia presente. No entanto, sexualidade e prostituição eram livremente demonstrados e explorados.

Não se tratava de uma prática estigmatizada, muito menos ilegal. O Estado lucrava com o comércio sexual como se outra categoria comercial fosse tendo criado impostos sobre as prostitutas⁹.

Além disso, tendo em vista que o Imperador Augusto começou a introduzir políticas de natalidade e, conseqüentemente, destinou às mulheres a obrigação de matrimônio e procriação, não era incomum que mulheres da aristocracia se registrassem, de maneira voluntária, como prostitutas – o que comprova “a visão do ato de prostituir-se como uma escolha de trabalho que poderia ser feita em qualquer momento da vida, inclusive por mulheres das altas classes”¹⁰ – para que não fossem forçadas a se casar.

Sendo assim, nota-se, o primeiro sistema de registro patrocinado pelo Estado de prostitutas. Porém, no governo do Imperador Tibério, as aristocratas passas a ser proibidas de se inscreverem como prostitutas. De tal imposição, resultam duas categorias: as prostitutas registradas (*meretrices*) e as não-registradas (*prostibulae*)¹¹.

Muito embora não houvesse bordeis estatais, os locais destinados a prática sexual eram facilmente encontrados muito em razão de as tropas do Império Romano precisarem ter suas necessidades atendidas por onde passassem.

8 ROBERTS, Nickie. As prostitutas na História, p. 52/53

9 Ibidem. p. 77.

10 MUÇOUÇA, Renato de Almeida Oliveira. Op. cit., p. 31.

11 Ibidem. P. 32.

“Os primeiros bordeis militares eram muito simples, pouco mais que choupanas de madeira cobertas de sapé, sobre fundações de barro. [...] Relatos da época dão conta de longas filas de soldados de infantaria diante daquelas choupanas nos dias de pagamento, depois movendo-se uma linha de montagem[...]”¹²

Outra consequência da segregação, mesmo com a facilidade de acesso a bordéis, às prostitutas foi impor às prostitutas vestimentas próprias para se diferenciarem das outras mulheres e serem facilmente reconhecidas.

Apesar das imposições, na Roma Antiga nunca se condenou a prática da prostituição pelas prostitutas nem pelos homens que de seus serviços faziam uso. Pelo contrário, era naturalmente aceita, notoriamente conhecida e jamais condenada. Tanto que, mesmo após o desmembramento do Império Romano e das novas formas e convenções sociais em que a sexualidade passou a ser substituída pela contemplação ao amor a partir da arte, o meretrício resistiu e conseguiu se adaptar, guardadas as devidas proporções, às circunstâncias temporais¹³.

1.2. O Caminho Para A Ilegalidade

1.2.1. A reprimenda da Idade Média

Segundo Jacques Rossiaud, durante muitos séculos, a maior parte da documentação se resume a pontos de vistas conservadores de autoridades que tendiam à penitência e a codificação das relações sexuais¹⁴. Nickie Roberts afirma que “As artes civilizadas do amor, do prazer e do conhecimento - o erótico e os demais - desapareceram durante a Idade das Trevas. (...) a antiga tradição de uma sensualidade feminina orgulhosa e exaltadora desapareceu para sempre”.

12 MURPHY, Emmett. História dos grande bordéis do mundo. Tradução de Heloísa Jahn. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1994. p. 39.

13 ROBERTS, Nickie. Op. cit., p. 79

14 ROSSIAUD, Jacques. Sexualités au Moyen Age. Editions Jean-Paul Gisserot, 2012. p. 4.

Sendo assim, a “ciência sexual” se destina apenas a prevenir, reprimir ou punir as almas e os corpos. Logo, as discussões relacionadas à vida sexual se desenvolvem a sombra de um discurso que tende a suprimi-la¹⁵.

Ainda segundo o autor, os historiadores medievalistas ainda não têm interesse na história da prostituição e, por isso, as fontes são pacas e provém de médicos ou juristas, que expõem privilegiando a anedota. Por isso, pôs-se a pesquisar e descobriu que entre 1440 e 1490, as cidades ribeirinhas na região de Borgonha e Provença, apesar de considerar a existência de prostíbulos em meios rurais, foi a prostituição urbana que tomou maior forma e foi institucionalizada¹⁶.

Ou seja, a prostituição não só fazia parte do sistema social da época, como funcionava livremente e de forma institucionalizada, uma vez que o *prostibulum* era frequentemente construído com dinheiro público, rateado por todos e arrendado a um administrador (*abbesse*)¹⁷.

Os proprietários tanto dos bordeis quanto das casas de tolerância, como os banhos públicos que também existiam à época, eram, na verdade, autoridades ou “personagens importantes”, que não coíbiam em nada as atividades praticadas em suas propriedades¹⁸.

Os banhos públicos eram tidos como prostíbulos não oficiais – onde trabalhavam as prostitutas de rua –, assim como o “terceiro nível de prostituição”, mais artesanal e formado por bordeis menores administrados por alcoviteiras que enviavam as mulheres de que dispunham para a prestação do serviço sexual – as levianas. Há também o “quarto nível de prostituição”, formado por mulheres que trabalhavam por conta própria, indo aos hotéis – mulheres secretas.¹⁹

15 Idem.

16 ROSSIAUD, Jacques. A prostituição na Idade Média. Tradução de Cláudia Shilling. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 19-20.

17 Idem.

18 Idem.

19 Ibidem. p. 23.

No entanto, para cada nível de prostituição, existia uma diferenciação entre as prostitutas que trabalhavam no *prostibulum* das que prestam seus serviços sexuais em outros locais, sejam pelos regulamentos, pregões públicos ou procedimentos judiciais²⁰.

Posto isso, as prostitutas públicas ou não, apesar de muitas optarem por trabalhar no comércio sexual, também havia a possibilidade de mulheres, principalmente as das classes menos ricas, serem violentadas e, por isso, serem relegadas à prostituição, uma vez que seriam sempre convictamente entendidas culpadas por conta da visão medieval de que teriam provocado o estupro²¹.

No Brasil, apesar da pregação incessante da Igreja Católica de que a sexualidade se limitava à reprodução e esta, por sua vez, se limitava ao matrimônio, passou-se a aceitar a lógica do “mal menor” da prostituição. Por tal lógica, em momentos de escassez de mulheres brancas para o casamento, eram tolerados práticas como a prostituição e o concubinato²². Com isso, a Igreja passa a vislumbrar a prostituição não somente como rota alternativa às transgressões de suas próprias imposições, mas também como fonte de renda.

Dessa forma, no Brasil passam a funcionar prostíbulos, que detinham a aquiescência da Coroa e da Igreja. E, por conta da prostituição, muitos donos de escravos entregavam escravas a prostíbulos e delas auferiam suas riquezas. Ou até mesmo, negras alforriadas, na ausência de oportunidades, conseguiam através da prostituição seu sustento²³.

É de se notar que tais libertinagens propostas pela lógica do “mal menor”, tendo em vista o histórico machista em que foi construída a sociedade mundial – ou seja, não se aplica

20 Ibidem. p. 22-23.

21 MUÇOUÇA, Renato de Almeida Oliveira. Op. cit., p. 37.

22 Ibidem. p. 39.

23 Ibidem. P. 36.

essa lógica somente ao contexto brasileiro, uma vez que a Igreja Católica era, e ainda é, a maior instituição do mundo – apenas se aplicava a homens.

A Igreja, transgredindo suas próprias normas, passa a não só controlar o comércio sexual como a economia que dele resulta. Porém, prontificou-se a estabelecer regras a começar por dividir em categorias de boa prostituta, a quem só restou entregar o corpo ao pecado, por não ter outra alternativa; e má prostituta, que voluntariamente se entregou à vida em busca de prazer. Além disso, as donzelas deveriam temer a desonra e se guardar para o casamento em nome de sua virgindade, assim como também era sugerido para rapazes – mas não cobrado ou julgado.

1.2.2. Séculos a frente

Michel Foucault tratou de expor que a partir do século XVII, foi desenvolvido o poder sobre a vida que se desvinculava do poder político:

Um dos polos, o primeiro a ser forma, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos – tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: anátomo-política do corpo humano. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, em todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma bio-política da população. As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida.²⁴

Sendo assim, optando por afrontar o crescimento do protecionismo, a Igreja Católica reagiu tão severamente quanto os países, que adotaram a nova religião e fecharam todos os

²⁴ FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: A vontade de saber, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque de J.A. Guilhon Albuquerque, p. 131.

prostíbulos e proibiram fortemente a prostituição. Tomou, então o corpo humano como símbolo de resistência e tentação.

A Bíblia, inclusive, demonstra o mito do pecado em que a culpa se baseia não na figura da serpente, mas na figura da mulher, que imperfeita, teria ela sucumbido ao pecado e levado o homem a pecar também²⁵. Da mesma forma, a figura de Maria Madalena, prostituta, que para ser salva, precisou abandonar a profissão.

A prostituição, no entanto, insistia em resistir assim como sempre o fez durante toda a história, diante da oferta e da demanda continuarem existindo. Nesse momento, porém, passou a funcionar de forma clandestina²⁶.

Com o passar dos anos, Roissaud conta que a prostituição se tornou “mais cara, mais perigosa, urdida de relações vergonhosas” devido ao “duplo espelho deformante do absolutismo monárquico e da Contra-Reforma” levando à “decadência escandalosa o que era apenas uma dimensão fundamental da sociedade medieval”²⁷.

A partir do declínio crescente do absolutismo da Realeza e da aristocracia e da ascensão da burguesia, a nova classe capitalista passa a promover a castração da mulher, mas não mais por argumentos cristãos, apesar de ainda enraizados. A burguesia toma para si uma nova forma de regime social pela medicina, como ensina Michel Foucault:

[...] nesse mesmo fim do século XVIII [...], nascia uma tecnologia do sexo inteiramente nova; nova, porque sem ser realmente independente da temática do pecado escapava, basicamente, à instituição eclesiástica. Através da pedagogia, da medicina e da economia, fazia do sexo não somente uma questão leiga, mas negócio de Estado; ainda melhor, uma questão em que, todo corpo social e quase cada um de seus indivíduos eram convocados a porem-se em vigilância. Nova, também, porque se desenvolvia ao longo de três eixos: o da pedagogia, tendo como objetivo a sexualidade específica da criação; o da medicina, com a fisiologia sexual própria das

25 MUÇOUÇA, Renato de Almeida Oliveira. Op. cit., p. 42-43.

26 ROBERTS, Nickie. Op. cit., p. 152.

27 ROSSIAUD, Jacques. Op. cit., p. 224.

mulheres como objetivo; e, enfim, o da demografia, com o objetivo da regulação espontânea ou planejada dos nascimentos. [...]. Não resta dúvidas de que, para cada um desses pontos, ela retoma, não sem simplificação, métodos já formados pelo cristianismo [...] Continuidade visível, mas que não impede uma transformação capital: a tecnologia do sexo, basicamente, vai-se ordenar a partir desse momento, em torno da instituição médica, da exigência de normalidade e, ao invés, da questão da morte e do castigo eterno, do problema da vida e da doença.²⁸

A classe burguesa consegue então, a partir de uma institucionalização da sexualidade, articular não só a medicina a seu favor, como também instaura “novas” regras de comportamento social e sexual.

Emmet Murphy conta que em Paris, não haveria de ser diferente. A polícia realizava ações diretas de saúde com a classe prostituta.

Quando o regime napoleônico chegou ao fim, em 1815, a polícia de Paris havia estabelecido uma regulamentação para o funcionamento dos bordéis que se manteria em vigor pelo menos durante um século. Les poules de todos os níveis ficaram confinadas em bordéis licenciados ou limitavam-se a casas de cômodos, sendo obrigadas a submeter-se a exames médicos frequentes. As contaminadas eram despachadas para o hospital da prisão St. Lazare, onde eram mantidas até estarem supostamente curadas de suas doenças contagiosas.²⁹

O século XIX, diante do poder econômico, social e ideológico que a burguesia agora detém, não só retirou das profissionais do sexo a sua independência social e ideológica, como as renegaram à escória da sociedade, sendo elas sobrepujadas à imoralidade, ao errado e pervertido.

Logicamente, a vinculação da prostituição ao inaceitável teve por razão a economia. Além de promover o pensamento de que mulher era para casar, ter filhos e cuidar da casa, a burguesia conseguiu vincular a isso, a lógica da hereditariedade, multiplicação e continuidade das riquezas.

28 FOUCAULT, Michel. Op. cit., p. 110-111.

29 MURPHY, Emmett. Op. cit., p. 178.

Com isso, diante da submissão feminina ao patriarcado, restou às prostitutas, que resistiam à nova formulação, independentemente de suas razões e circunstâncias, a marginalização.

Apesar de todas as ações que tinham por objetivo dispersar a prática da prostituição, mas talvez não a extinguir, uma vez que se trata de atividade extremamente lucrativa, independentemente de legalidade, a demanda continuava existindo crescentemente. Diante da pobreza, das péssimas oportunidades e condições de trabalho e, conseqüentemente, dos salários ínfimos, as mulheres passam a dispor de seus corpos a fim de tentar melhores condições econômicas de vida.

Com o passar dos anos, tendo em vista o desenvolvimento urbano, o êxodo rural propiciou um grande inchaço de pessoas à procura de empregos. Fato é que, diante de uma revolução industrial a pleno vapor, houve grande oferta e demanda de emprego, que teve por consequência o crescimento desordenado dos centros urbanos. Porém, também provocou o desemprego e a pobreza de outras tantas pessoas, uma vez que houve a diminuição e o desinteresse pelo trabalho artesanal e o crescimento das produções em massa.

Diante disso, a prostituição começa a ser vista como uma saída não só pelas mulheres que já compreendiam a prática como forma de “enriquecimento”, mas também como forma de comércio pelas “pessoas normais” da sociedade.

Num país [Grã-Bretanha] de pequenos comerciantes, nada havia de surpreendente no fato de que muitos dos bordéis vitorianos fossem essencialmente negócios de caráter familiar. Não se admitiam garotas de fora; os clientes eram atendidos por membros de uma mesma família muitas vezes por mais de uma geração de mulheres.³⁰

No período da 1ª Grande Guerra, as autoridades puderam tomar decisões discricionariamente sobre diversos assuntos. Contudo, especificamente com relação à atividade da prostituição, o autoritarismo se sobrepôs. Pelo mundo, a sexualidade foi

³⁰ Ibidem. p. 189.

trabalhada de diversas formas. Na Alemanha e na França, bordeis legalizados foram surgindo para satisfazer as necessidades dos homens dos exércitos.

Enquanto isso, os Estados Unidos, entre a 1ª Guerra Mundial e a 2ª, lançaram mão de novas técnicas para driblar a irregularidade da prática da prostituição, como por exemplo o atendimento extra proporcionado por garçonetes de lanchonetes em locais próximos. Além disso, foram instituídas as casas de massagem, que rapidamente se popularizaram na Califórnia e também surgiram as “agências de acompanhantes” e as “garotas de programa”.³¹

2. O TRATAMENTO DO TRABALHO DA SEXUALIDADE NO DIREITO BRASILEIRO

A função primeira do direito, genericamente falando, é a garantia de direitos fundamentais aos membros da sociedade a qual ordena juridicamente. Por isso, logicamente alguns fardos sociais são abrangidos pelo legislador ao determinar os bens jurídicos tutelados e a maneira como isso será realizado.

Tanto a moral social quanto o direito são excelentes ferramentas para assegurar a convivência social. Contudo, os dois não podem se confundir, o que, na prática, realmente

³¹ Ibidem. p. 243/261.

acontece. E isso é facilmente notado, pois o fundamento de diversos textos legais é a moral social.

Nas palavras do pensador Jeremy Bentham:

“A missão dos governantes consiste em promover a felicidade da sociedade punindo ou recompensando.

A parte da missão de governo que consiste em punir constitui mais particularmente o objeto da lei penal. A obrigatoriedade ou necessidade de punir uma ação é proporcional à medida em que tal ação tende a perturbar a felicidade e à medida em que a tendência do referido ato é perniciososa. Ora a felicidade consiste [...] em desfrutar prazeres e estar isento de dores.”³²

Dessa forma, não cabe ao Direito mensurar a felicidade ou o prazer da pessoa humana. Cabe assegurar que a escolha feita seja possível. E, caso esteja dentro da esfera da ilicitude, resta ao Direito o dever de punir.

Entretanto, tal punição não deve ser preventiva, mas resolutiva, no intuito de asseverar o certo diante de uma sociedade justa e garantir que todos os membros dessa sociedade tenham o direito de escolher o que entendem como felicidade atendendo-se aos limites sociais para o bem coletivo.

“[...] não é de estranhar que muitas vezes se perca o seu significado exato. Se a palavra tiver um sentido, será o seguinte. A comunidade constitui um corpo fictício composto de pessoas individuais que se consideram como constituindo os seus membros. Qual é, neste caso, o interesse da comunidade? A soma dos interesses dos diversos membros que integram a referida comunidade”³³.

2.1. O Direito Penal e os profissionais do sexo

32 BENTHAM, Jeremy. John Stuart Mill. Uma introdução aos princípios da moral e da legislação. Coleção Os pensadores, vol. XXXIV. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1989, p. 19.

33 BENTHAM, Jeremy. John Stuart Mill. Uma introdução aos princípios da moral e da legislação. Coleção Os pensadores, vol. XXXIV. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1989, p. 4.

No Brasil, é possível afirmar que o direito penal está vastamente respaldado em costumes morais. Apesar de algumas contravenções penais, como por exemplo a bigamia e a vadiagem (Projeto de Lei nº 4668/04 aprovado em 2012)³⁴, já serem desconsideradas socialmente em busca de se adequar a legislação brasileira à realidade social e econômica atual, o tratamento com relação à prostituição apesar de não constituir ilicitude é diferente.

Embora imerso a um regramento social extremamente antiquado se comparado às convenções sociais do tempo presente – uma vez que o Decreto-Lei 2848 é da década de 1940 –, o Código Penal nunca foi capaz de tipificar a prática da prostituição. Contudo, obstaculizou várias práticas acessórias ao trabalho do sexo, a exemplo da criminalização da manutenção de “casas de prostituição”³⁵.

Rogério Greco explica:

“A finalidade do Direito Penal é proteger os bens mais importantes e necessários para a própria sobrevivência da sociedade [...] A pena, portanto, é simplesmente o instrumento de coerção de que se vale o Direito Penal para a proteção dos bens, valores e interesses mais significativos da sociedade”³⁶.

Porém, não necessariamente todo o direito é formado por um “substrato ético-social”³⁷. Isso porque, apesar de o Direito representar a ética e a moral coletivas, devem ser levadas em consideração influências como tempo, condição social, costumes locais etc.

34 PIOVESAN, Eduardo. Câmara aprova fim da pena de prisão para vadiagem. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITO-E-JUSTICA/423736-CAMARA-APROVA-FIM-DA-PENA-DE-PRISAO-PARA-VADIAGEM.html>. Acesso em 12 Maio 2017.

35 Art. 229. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.html. Acesso em 13 Maio 2017.

36 GRECO, Rogério. Curso de direito penal. Rio de Janeiro: Impetus, 2012, p. 2.

37 Segundo Karl Prehaz Natscheradetz, em seu livro “O Direito Penal Sexual: Conteúdo e Limites”. Coimbra: Livraria Almedina, 1985, p.66, “Os valores de acção adequados ao direito que têm a sua origem na consciência jurídica existente (legal, não necessariamente moral) formam o substrato ético-social das normas jurídico-penais, cuja tarefa principal consiste na garantia do respeito para com tais valores[...]”.

A prática da prostituição, por exemplo, apesar de ser largamente condenada socialmente, não é crime à luz da legislação brasileira. Entretanto, a única regulação com relação a essa atividade só pode ser encontrada no Direito Penal.

Isso demonstra que, apesar de incentivado, o princípio da subsidiariedade ou da intervenção mínima ainda está engatinhando na legislação brasileira. Sendo assim, sendo o Direito Penal a *ultima ratio*, não cabe a essa matéria a resolução de todos os conflitos de interesse que ocorrem na sociedade, mas sim a solução dos principais conflitos, que realmente colocam em risco a ordem social³⁸.

Com o advento da Lei nº 12.015³⁹, de 7 de agosto de 2009, houve a alteração do Título VI do Código Penal que passou a ser designado como “DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL”. Tal alteração representou mais do que apenas a mudança de nomenclatura, uma vez que a modernidade que se pode alcançar significou deixar certos paradigmas para trás.

Contudo, a exemplo dos artigos 228 e 229 do Código Penal, vê-se que houve falha por parte do legislador em não dar fim, de forma permanente, à tipificação de tais atividades.

Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual

Art. 228. Induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

[...]

Casa de prostituição

Art. 229. Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente:

Pena - reclusão, de dois a cinco anos, e multa.⁴⁰

38 NUCCI, Guilherme de Souza. Crimes contra a dignidade sexual: comentários à Lei 12.015, de 7 de agosto de 2009. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009, p. 12-13.

39 BRASIL. Lei nº 12.015/09. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm. Acesso em 21 de Maio de 2017.

40 BRASIL. Decreto-Lei 2.848/40. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em 10 Maio 2017.

Ao se tratar de adultos, com capacidade de consentir em prestar serviços sexuais para clientela também adulta, sem uso de violência e/ou grave ameaça, não há que se pensar em exploração sexual⁴¹ que esteja claro que, de forma alguma, pretende-se normalizar a exploração sexual no seu sentido estrito ou até a exploração infantil sexual, que para estas sim, deve haver a tutela penal do Estado.

Dessa forma, se a prostituição em si não é crime, por qual motivo devemos tratar induzimento ou atração à prostituição como ilícitos penais? Da mesma forma, como seria possível tipificar penalmente as ações de facilitar, impedir ou dificultar o abandono da prostituição, estando o agente atuando por meio do argumento? Segundo Nucci, há dois tipos de sujeito, o ativo e o passivo:

Os sujeitos ativo e passivo podem ser qualquer pessoa. Secundariamente, o sujeito passivo é a sociedade. Em nosso entendimento, o sujeito passivo não pode ser outra pessoa já prostituída, pois não teria sentido algum preservar o comportamento regrado de quem não mais o tem na esfera sexual. Poder-se-ia falar nas formas de facilitar, impedir ou dificultar o abandono, mas, nesses casos, como já deixamos claro [...] deve o agente atuar pela força do argumento, não podendo utilizar qualquer forma de violência ou grave ameaça.⁴²

É importante ressaltar o tratamento que o Código Penal dá à expressão “exploração sexual”. Para isso, faz-se necessário breve relato do significado da palavra “exploração” na língua portuguesa. Segundo o dicionário Aurélio, temos como definições possíveis: tirar proveito de; fazer produzir; especular com; abusar de (pessoas, para viver à custa delas) etc. Assim sendo, tendo em vista os artigos 228 e 229 supracitados, conclui-se que a expressão “exploração sexual” seria o gênero para uma de suas espécies: a prostituição.

Ao ser utilizado “... ou outra forma de exploração sexual”, o artigo 228 deixa claro a intenção do legislador em apontar a prostituição como forma de exploração sexual. Já o artigo 229, que tem como título “Casas de prostituição”, consegue dar nova definição para o tipo

41 NUCCI, Guilherme de Souza. Op. cit., p. 74.

42 Idem.

penal que, antes da alteração, penalizava a manutenção de “casas de prostituição ou lugar destinado a encontros para fins libidinosos”⁴³.

No entanto, apesar da alteração sofrida pelo dispositivo legal, o legislador falhou em não distinguir exploração sexual e violência sexual no que tange a prostituição. Pois, é certo que pode haver exploração sexual em havendo o emprego de violência e grave ameaça da mesma forma que poderia acontecer em exploração de qualquer outra espécie. Como também pode existir a exploração sexual do profissional do sexo sem que haja qualquer forma de violência sexual, de modo que isso também ocorre em qualquer outra espécie de exploração fora da esfera sexual. Ou, ainda, numa terceira hipótese, é possível existir a violência sexual, seja na órbita da prostituição ou não, sem que haja a exploração desse sujeito passivo.⁴⁴

No anteprojeto para a reforma do Código Penal⁴⁵, apresentado em 2012, o artigo 183 oferece uma leitura diferenciada da relação entre prostituição, exploração sexual e violência sexual, segundo a Professora Adriana Piscitelli.

Nesse anteprojeto, no Título IV “Crimes contra a dignidade sexual”, Capítulo I – “Crimes contra a liberdade sexual”, a exploração sexual é definida, no Artigo 183, como “obrigar alguém a exercer a prostituição ou impedir ou dificultar que a abandone”. Nessa definição a exploração sexual, categorizada como algo forçado, é diferenciada da prostituição. E o tráfico de pessoas, internacional ou interno, longe de limitar-se à simples promoção do deslocamento de pessoas com fins de exercer a prostituição, como é até hoje, passa a ser definido em função de grave ameaça, violência, coação, fraude, exercida sobre uma pessoa para submetê-la a qualquer forma de exploração sexual (entendida como prostituição forçada)⁴⁶

43 BRASIL. Decreto-Lei 2.848/40. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm#art229. Acesso em 21 Maio 2017.

44 NUCCI, Guilherme de Souza. Op. cit., p. 56-57.

45 BRASIL. Projeto de lei do Senado nº 236, de 2012 (projeto do novo Código Penal). Disponível em <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3515658>. Acesso em 21 de Maio 2017.

46 PISCITELLI, Adriana. Exploração sexual, trabalho sexual: noções e limites. Paper apresentado no seminário: Corpos, sexualidades e feminilidades UERJ, setembro de 2012, p.3

A Procuradora de Justiça Luiza Nagib Eluf, no Relatório Final, que inclui o histórico dos trabalhos, o anteprojeto de novo Código Penal e a exposição de motivos das propostas efetuadas, apresentado pela Comissão de juristas para a elaboração de anteprojeto de Código Penal, criada pelo Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado pelo de nº 1.034, de 2011, destaca o significado de exploração sexual como forma de prostituição forçada, além da controvérsia da configuração de casas de prostituição e rufianismo em crimes:

“É de extrema relevância punir a exploração sexual, que significa prostituição forçada, verdadeiro trabalho escravo de prestação de serviços sexuais. Na verdade, a prostituição não é nem nunca foi crime no Brasil, e a punição da “casa de prostituição” e do “proxenetismo” mostra-se um contrassenso quando os encontros sexuais são estabelecidos entre pessoas maiores de idade que dispõe livremente de suas vontades. Daí a proposta de descriminalização das atuais condutas dos artigos 229 e 230 do Código Penal. Relevante é punir, tão somente, a exploração sexual, pouco importando o local onde esta ocorre ou a existência de intermediários não exploradores. Assim, criado o novo tipo “exploração sexual”, que é agravado se praticado contra vulnerável, as demais figuras que se referem atualmente à prostituição são revogadas, rasgando-se o véu da hipocrisia e libertando-se a mulher de vergonhoso estigma”⁴⁷.

À vista disso, conclui-se que não só os profissionais da sexualidade sofrem restrições quanto a sua liberdade sexual e nesse caso, não só o já profissional da sexualidade, mas quem o quiser se tornar, como também não têm amparo legal algum para qualquer direito social.

Com isso, passa-se a analisar o contexto em que o trabalho da sexualidade está inserido. Atualmente há não só nos costumes de moral e ética sociais, mas também no próprio dispositivo legal do Código Penal/40, o que é chamado pela doutrina de paternalismo do Estado.

47 ELUF, Luiza Nagib. Relatório final apresentado pela A COMISSÃO DE JURISTAS PARA A ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL, criada pelo Requerimento nº 756, de 2011, do SENADOR PEDRO TAQUES, aditado pelo de nº 1.034, de 2011, de Vossa Excelência, com aprovação pelos Senadores da República em 10 de agosto de 2011. Disponível em: <https://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPCRIM/Relat%C3%B3rio%20final%20do%20Anteprojeto%20do%20Novo%20C%C3%B3digo%20Penal.pdf>. Acesso em 21 de Maio de 2017.

Esse paternalismo do Estado é concebido com bases na crença de que o ser humano é essencialmente ruim por Hobbes, “o homem é o lobo do homem” e, por isso, seria necessário o Estado para restringir a liberdade dos indivíduos que formam a sociedade para protegê-los deles mesmos. Essa interferência teria como justificativa a felicidade e o bem-estar.⁴⁸

Para João Paulo Orsini Martinelli, o paternalismo tem características que se destacam pelo seu próprio conceito.

“[...] um comportamento paternalista apresenta as seguintes características: (a) um comportamento, positivo ou negativo, no sentido de informar ou obrigar alguém a fazer ou deixar de fazer algo; (b) falta de confiança de quem age em relação à capacidade de alguém; (c) segurança suficiente sobre aquilo que se entende ser melhor a alguém; (d) contrariedade à vontade de alguém; (e) objetivo, final ou não, de promover um bem ou evitar um mal”⁴⁹.

Isso posto, o paternalismo especificamente penal consiste na coibição do indivíduo por meio da ameaça de punição no âmbito penal, traduzido em punibilidade, seja ela a reclusão, multa etc.

Existem quatro principais sistemas legais que fazem referência à prostituição no ordenamento penal. A Professora Adriana Piscitelli conceitua os quatro modelos de forma distinta, porém se atenta ao fato de que seus conceitos puros e simples somente existem na dimensão teórica, uma que na prática se misturam. São eles: “1) regulamentarista, 2) trabalhista, laboral ou de “des-penalização”, 3) proibicionista e 4) abolicionista”⁵⁰.

No modelo regulamentarista, a Professora explica que a prática da prostituição é aceita e é controlada e regulamentada pelo Estado, que prevê o pagamento de imposto e se atenta ao controle pessoal, local, sanitário e policial. Além disso, é visto como ameaça à saúde e à

48 CARVALHO, Gisele Mendes. Delitos relativos à prostituição no código penal brasileiro: proteção da dignidade humana ou paternalismo jurídico? Ciências Penais, vol. 12, jan-jun 2010, p. 179-180.

49 MARTINELLI, João Paulo Orsini. Paternalismo jurídico-penal. São Paulo. 2010, p. 323.

50 PISCITELLI, Adriana. Op. cit., p.4.

ordem pública. Por esse motivo, há lugares específicos onde os profissionais do sexo podem atuar. Contudo, não têm direitos trabalhistas.

O modelo trabalhista ou de “des-penalização” tem como objetivo principal os direitos laborais e as condições de trabalho e se questiona a regulamentação por parte do Estado com relação à moral sexual. Também é através desse modelo que se pleiteia o reconhecimento legítimo do trabalho da sexualidade.

O modelo proibicionista é o mais repressivo. Trata a prostituição e tudo que a esta prática se relaciona, inclusive as pessoas que dela fazem uso ou dela tiram proveito, seja ele legítimo ou não, como criminoso.

No sentido completamente oposto, o sistema abolicionista não trata a prostituição como crime, mas vitimiza o trabalhador do sexo⁵¹. Esse modelo é uma herança de uma frente do ativismo feminino que acreditava a prostituição é produto do machismo e inferiorizava as mulheres como súditas a seus prazeres sexuais em troca de dinheiro, no entanto, sabe-se que a prostituição não consiste somente na prática por mulheres. Fato é que nesse sistema legal, o agente punido é somente o terceiro, que obtém lucro da prática da prostituição. Esse é o modelo que vigora no Brasil.

Entende-se, então, tendo em vista o bem-estar que propõe a interferência do Estado pelo paternalismo, que o sistema abolicionista vigente no Brasil não se faz suficiente. Pois, além de não oferecer soluções para o problema de exploração e violência sexual, não respalda juridicamente o direito de escolha de quem, por opção, se submete ao mercado do sexo. Mais ainda, tipifica qualquer forma de “agenciamento” e ignora o fato de que, na verdade, nada mais é do que a relação entre chefe e subalterno.

Ora, haja vista que o princípio da intervenção mínima, que preconiza o Direito Penal como a *ultima ratio*, não está se atentando para a proteção dos bens mais importantes, mas sim para os dilemas morais presentes na sociedade.

Nas palavras de Rogerio Greco:

51 PISCITELLI, Adriana. Op. cit., p.4-6.

Assim, já que a finalidade do Direito Penal, como dissemos, é proteger bens essenciais à sociedade, quando esta tutela não se faz mais necessária, ele deve afastar-se e permitir que os demais ramos do Direito assumam, sem a sua ajuda, esse encargo de protegê-los”⁵².

Dessa forma, deve-se refletir que se a prostituição não constitui ilícito penal ou de qualquer outra espécie não mais deveria ser discutido o assunto no prisma do paternalismo penal, mas sim na esfera trabalhista. Vide art. 5º, XXXIX, CRFB/88 e art. 1º, Código Penal/40:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal⁵³;

Art. 1- Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal⁵⁴.

2.2. O Direito do Trabalho e os profissionais do Sexo

Conforme visto, a prostituição não configura delito penal ou de qualquer outra espécie jurídica. Sendo assim, é possível e lícito negociar o sexo. Porém, no Brasil, a ocupação só é permitida se na forma autônoma ou eventual, ou avulsa, se o profissional do sexo conciliar essa atividade com outra, uma vez que o legislador optou por criminalizar o rufião ou proxeneta, que seria uma espécie de empresário para o profissional do sexo.

52 GRECO, Rogério. Op. cit., p. 3.

53 BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil/88. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 11 Maio 2017.

54 BRASIL. Decreto-Lei 2.848/40. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em 11 Maio 2017.

Gabriela Leite expôs de maneira muito simplória, mas muito bem colocado a consequência da opção do legislador:

“O que é considerado criminoso no Brasil é o explorador sexual, ou seja, o cafetão, dito protetor, ou a cafetina, a dona da casa. Se um grupo de prostitutas formar uma cooperativa, automaticamente ele será enquadrado no Código Penal, e elas passam a ser consideradas fora-da-lei. Mas em tese, quando a prostituta exerce o seu trabalho, nada se pode fazer contra ela. Em tese. O Código Penal Brasileiro é muito antigo, de 1940 para cá não sofreu modificações substanciais e os artigos referentes à prostituição foram feitos para proteger a puta. No entanto, infelizmente, ele teve o efeito contrário ao desejado⁵⁵.

Todavia, para que se possa falar na descriminalização das atividades acessórias à prostituição, seria necessário o reconhecimento da relação de trabalho que existe entre o terceiro que agencia e o trabalhador do sexo que realiza a prestação do serviço sexual.

Para isso, deve-se questionar a dificuldade do ordenamento jurídico em reconhecer a prostituição como forma legítima de sustento e trabalho. Tamanha dificuldade é justificada pelo grande julgamento moral com relação a esses profissionais.

Isso muito porque quando se fala em prostituição, a primeira ideia sobre o assunto é de que uma mulher nesse caso, fala-se da mulher por conta da maior visibilidade na categoria, mas não se limita a ela que “entrou nessa vida” porque necessariamente foi explorada, é uma vítima pobre e sofrida da sociedade. Não se consegue vislumbrar a profissão como escolha e o fato de que quem a faz pode ser feliz e realizado com ela.

Ora, imprescindível é definir, primeiramente, o conceito de Direito de trabalho para que seja possível desentranhar algumas concepções impostas por esse instituto. Mauricio Godinho Delgado define o Direito do Trabalho, em seu sentido geral, como Direito Material do Trabalho:

O Direito Material do Trabalho, compreendendo o Direito Individual e o Direito Coletivo – e que tende a ser chamado, simplesmente de Direito do Trabalho, no

⁵⁵ LEITE, Gabriela. Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta/Gabriela Leite em depoimento a Marcia Zanelatto. Rio de Janeiro: 2009, p. 61.

sentido lato – pode, finalmente, ser definido como: complexo de princípios regras e institutos jurídicos que regulam a relação empregatícia de trabalho e outras relações normativamente especificadas, englobando, também os institutos, regras e princípios jurídicos concernentes às relações coletivas entre trabalhadores e tomadores de serviços, em especial através de suas associações coletivas⁵⁶.

Aqui dá-se foco à relação empregatícia, pois tendo em vista que esta é uma espécie do gênero relação de trabalho, há outras espécies de relação de trabalho, como o trabalho eventual, autônomo, avulso e voluntário. Contudo, neste trabalho, o foco é mesmo a possível relação entre chefe e funcionário.

Sendo esse fenômeno jurídico tão complexo, não poderia ele se limitar tão somente a um aspecto da relação de trabalho. Ou seja, cabe a esse ramo do Direito se envolver com todas as partes da relação, quais sejam, empregado, empregador, sindicatos etc⁵⁷.

Assim como outros ramos do Direito, cumpre forte função social, porém também é protagonista econômica, cultural e politicamente falando. Ainda nas palavras de Mauricio Godinho Delgado,

Trata-se de segmento jurídico destacadamente teleológico, finalístico, atado à meta de aperfeiçoar as condições de pactuação da força e trabalho na sociedade capitalista. Em consonância com isso, distingue-se por forte direcionamento interventivo na sociedade, na economia e, principalmente, na vontade das partes contratuais envolvidas nas relações jurídicas que regula.⁵⁸

Dessa forma, tendo tamanha importância e poder interventivo na vida da sociedade, não poderia, então, o Direito do Trabalho, com relação à prostituição não oferecer nenhum tipo de tutela. Além disso, não estaria havendo somente infringência aos princípios básicos do Direito do Trabalho, como por exemplo o princípio da proteção, da primazia dos fatos, da

56 DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho. São Paulo: LTr, 2016, p. 46.

57 Ibidem. p. 54.

58 Ibidem. p. 66.

irrenunciabilidade etc, como também a princípios e garantias fundamentais da própria Carta Magna:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

II - a cidadania;

[...]

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o **trabalho**, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 170. A ordem econômica, fundada na **valorização do trabalho humano** e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios⁵⁹

Diante da Constituição Federal, vê-se que o trabalho está inserido em diversos princípios que definem direitos e garantias fundamentais ao indivíduo na sociedade brasileira. Além disso, sendo a nossa Constituição cidadã, a mais democrática que já tivemos até agora, obviamente se preocupa com o bem-estar dos membros da comunidade social em cujo regramento jurídico gere como soberana, conforme prevê seu artigo 3º:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

59 BRASIL. Constituição da república federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 23 Maio 2017.

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A própria Constituição se explica. Ao apresentar a cidadania como direito fundamental no inciso II de seu artigo 1º, compreende-se a seguinte ideia, nas palavras do Professor Renato de Muçouçah:

“[...] a cidadania (art. 1º, II) conduz à ideia de que todos os indivíduos, de modo indistinto, devem ser destinatários de direitos inerentes à participação na vida política do Estado (cidadania em sentido estrito), e também de prestações de cunho social, como decorre da concepção de cidadania em sentido amplo”⁶⁰.

Nesse contexto, afirma-se sem medo de errar que o trabalho é o meio pelo qual, além da satisfação econômica, o indivíduo se realiza pessoalmente. Dessa forma, torna-se possível apontar a prostituição como forma de trabalho.

A partir, então, do pressuposto de que a prostituição não constitui ilícito penal ou de qualquer outra espécie e uma vez que não recebe tutela da esfera penal e há relação evidente de trabalho tanto em seu relacionamento com os clientes, quanto no tocante ao seu relacionamento com o rufião ou proxeneta – ainda, discutivelmente, um tipo criminal –, deveria a prostituição passar a ser enxergada pelo prisma trabalhista.

O relato de Gabriela Leite em um de seus livros deixa claro que por conta da falta de proteção pelo Direito do Trabalho, a prostituta não somente não tem respaldo jurídico, como também não tem a menor segurança em seu próprio meio de trabalho. Os ganhos por seus serviços prestados são revertidos para a corrupção para garantir a continuidade do “negócio” e grande parte dele vai para os ganhos de seus “gerentes”.

A prostituta acabou no meio da total marginalidade porque aqueles que a cercam são considerados criminosos e, de alguma forma, transferem essa condição a ela. A cafetina, mesmo do mais baixo meretrício, gasta altas somas em corrupção, paga

60 MUÇOUÇAH, Renato de Almeida Oliveira. Op. cit., p 18-19.

todas as suas despesas e ainda ganha muito dinheiro. Um dinheiro que a puta jamais verá.⁶¹

2.2.1. O contratualismo do Direito do trabalho

Segundo Mascaro Nascimento, a legislação brasileira faz uso da teoria contratualista, uma vez que, à luz do artigo 442 da CLT, o contrato de trabalho pode ser tácito ou expresso, ou seja, é um contrato informal que não exige forma oficial. Porém, mesmo que não esteja expresso, a situação se impõe por si só.

TÍTULO IV

DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 442 - Contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso, correspondente à relação de emprego.

Em que se pese, o contrato de trabalho é “negócio jurídico em que o empregado, pessoa natural, presta serviços de forma pessoal, subordinada e não eventual ao empregador, recebendo, como contraprestação, a remuneração”⁶². Trata-se de um contrato sinalagmático, uma vez que há a contraposição de obrigações, ou seja, há uma reciprocidade que promove o contrato de trabalho ao equilíbrio formal entre prestação e contraprestação⁶³.

Mauricio Godinho Delgado analisa o sinalagma do contrato de trabalho no sentido de que não se resume apenas a prestação da mão de obra e a contraprestação onerosa, pois há circunstâncias eventuais, como a interrupção do contrato, que, no contrato de trabalho recebem tratamento diferenciado no que tange indenizações trabalhistas, por exemplo:

“... o sinalagma característico do contrato de trabalho é distintamente aferido caso comparado com o que tende a caracterizar os contratos civis em geral. No âmbito

61 LEITE, Gabriela. Op. cit., p. 61.

62 GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Manual do direito do trabalho. São Paulo: Editora Método, 2013, p.64.

63 DELGADO, Mauricio Godinho. Op. cit., p. 563.

empregatício, ele seria aferido tomando-se o conjunto do contrato e não apenas o contraponto de suas obrigações específicas (trabalho versus salário, por exemplo). É que o instituto da interrupção contratual (pelo qual o obreiro não presta serviços, mas recebe as verbas integrais do contrato, com férias, ilustrativamente) eliminaria, por exemplo, o caráter sinalagmático do pacto empregatício, caso a comparação fosse tópica, parcela contra parcela ...”⁶⁴

Vale ressaltar, então, que há elementos sem os quais, o contrato de trabalho não existe e já nasce naturalmente nulo, são eles: a vontade, partes capazes e legítimas, objeto lícito e hígido, onerosidade e forma prescrita ou não defesa em lei, além de poder ser tácito ou expresso.

O fato de a formalidade do contrato não ser imprescindível não afeta as formalidades inerentes da relação de emprego, como por exemplo os artigos 29 e 41, da CLT.

Art. 29 - A Carteira de Trabalho e Previdência Social será obrigatoriamente apresentada, contra recibo, pelo trabalhador ao empregador que o admitir, o qual terá o prazo de quarenta e oito horas para nela anotar, especificamente, a data de admissão, a remuneração e as condições especiais, se houver, sendo facultada a adoção de sistema manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho.

Art. 41 - Em todas as atividades será obrigatório para o empregador o registro dos respectivos trabalhadores, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho. (Redação dada pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989)

Parágrafo único - Além da qualificação civil ou profissional de cada trabalhador, deverão ser anotados todos os dados relativos à sua admissão no emprego, duração e efetividade do trabalho, a férias, acidentes e demais circunstâncias que interessem à proteção do trabalhador.

Como os outros tipos de contratos existentes, o contrato de trabalho também está suscetível a nulidades, que, segundo os ensinamentos de Mauricio Godinho têm o seguinte efeito sobre os efeitos jurídicos do contrato:

⁶⁴ Idem.

Nulidade é a invalidação da existência e/ou dos efeitos jurídicos de um ato ou seu componente em virtude de se chocar com regra jurídica imperativa. [...] deriva da ocorrência de defeitos ou vícios no ato ou seu elemento integrante. Tais defeitos e vícios, como se sabe, podem ter origem em aspectos subjetivos vinculados à próprias partes contratuais (por exemplo, ausência de capacidade adequada à prática válida do ato em exame) ou à higidez da manifestação de vontade das partes (como ocorre com os defeitos denominados erro, dolo ou coação). Podem tais defeitos e vícios também ter origem em aspectos objetivos vinculados ao ato mesmo ou seus elementos e aspectos integrantes. É o que se passa quer com os denominados vícios sociais (simulação e fraude à lei trabalhista), quer com a afronta a requisitos legais dirigidos aos elementos jurídico-formais do contrato (por exemplo, ilicitude do objeto contratual ou desrespeito à formalidade contratual imperativa).⁶⁵

Apesar de Alice Monteiro Barros acreditar que a doutrina não é convergente com relação a esse tema e que o direito civil e o direito do trabalho não o dão a devida atenção, fato é que no Direito do Trabalho existe a Teoria Especial das Nulidades⁶⁶.

Como se sabe, o contrato de trabalho tem elementos essenciais que se impõem sobre a sua existência. Ou seja, sem eles, o contrato de trabalho já é considerado nulo desde a sua criação. Esses elementos são: vontade, partes capazes e legítimas, objeto lícito e hígido, onerosidade e forma prescrita ou não defesa em lei.

Sendo assim, por força da Teoria Especial das Nulidades, é aplicado o efeito *ex nunc*, ou seja, a partir do reconhecimento da nulidade, retorna-se ao estado anterior, consequentemente evitando o enriquecimento sem causa do empregador.

Segundo a diretriz trabalhista, o contrato tido como nulo ensejará todos os efeitos jurídicos até o instante de decretação da nulidade que terá, desse modo, o condão apenas de inviabilizar a produção de novas repercussões jurídicas, em face da anulação do pacto viciado⁶⁷.

⁶⁵ Ibidem. p. 576-577.

⁶⁶ BARROS, Alice Monteiro. Curso de direito do trabalho. 10 ed. São Paulo: LTR, 2016. p. 344

⁶⁷ DELGADO, Mauricio Godinho. Op. cit., p. 577.

Contudo, impossível é retornar ao estado anterior no que diz respeito à força de trabalho já despendida pelo trabalhador⁶⁸. Por isso, buscando compensar de alguma forma os danos sofridos pelo trabalhador, inferem-se as indenizações trabalhistas, com o reconhecimento de direitos trabalhistas em vista do não enriquecimento sem causa do tomador do serviço para quem já foi prestado⁶⁹.

Essa teoria estabelece que, regra geral, a nulidade não retroage, gerando um efeito *ex nunc* da decretação judicial. Reconhecida a existência de nulidade do contrato, a relação, a partir desse momento, deve ser nula, não existir mais e não produzir qualquer efeito jurídico⁷⁰.

Para fins de aplicação dessa teoria, há duas formas de nulidade de contrato de trabalho. Uma se apoia no conceito de trabalho proibido e a outra, no trabalho ilícito e as duas se concentram no objeto do contrato de trabalho. Na hipótese de trabalho proibido, o objeto do contrato afronta normas de proteção trabalhista, como por exemplo um menor de idade, incapaz e ilegítimo para figurar como parte em uma relação de trabalho, que trabalha como boia fria. Esse trabalhador, apesar de ter um contrato de trabalho que vai contra as normas de proteção trabalhista, tem todos os seus direitos pela CLT resguardados⁷¹.

Mauricio Godinho Delgado também reconhece essas duas figuras, no entanto, as define como “aplicação plena da teoria trabalhista” e “aplicação restrita da teoria trabalhista” e ainda considera a “inaplicabilidade da teoria especial trabalhista”⁷².

68 SILVA, Thais Campos. Prostituição e direito do trabalho. Belo Horizonte: RTM. 2017. p.86.

69 DELGADO, Mauricio Godinho. Op. cit., p. 577-578.

70 SILVA, Thais Campos. Op. cit., p.86.

71 GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Op. cit., p.74-75.

72 DELGADO, Mauricio Godinho. Op. cit., p. 578-580.

Pela primeira, é respeitada a “situação fático-jurídica já vivenciada”⁷³, ou seja, não há retroação da decisão judicial que defere a nulidade do contrato de trabalho e tal nulidade e a decisão só passa a vigorar dali para frente, desconstituindo o contrato de trabalho naturalmente nulo.

Do ponto de vista prático, é preciso deixar claro que se o bem jurídico afrontado pela irregularidade disser respeito fundamentalmente a interesse obreiro (ou não agredir interesse estritamente público), a teoria especial de nulidades aplica-se em sua plena abrangência.⁷⁴

A segunda figura apresentada pelo autor, tende a relativizar a aplicação plena da teoria trabalhista, pois “à medida que os bens tutelados se aproximam do interesse público (confrontando o valor do trabalho a outro valor também de inquestionável interesse público), tende-se a restringir proporcionalmente, a aplicação da teoria justrabalhista especial”⁷⁵.

Em se tratando da inaplicabilidade da teoria, há a infringência de norma de interesse geral. O objeto do contrato é naturalmente ilícito e infringe o próprio ordenamento jurídico como um todo ao afrontar o bem social. Dessa forma, faz-se prevalecer a teoria clássica do Direito Civil, pela qual nenhum direito é devido pelos serviços prestados pelo trabalhador diante da nulidade do contrato de trabalho⁷⁶.

2.2.2. Prostituição x relação de trabalho

Conforme exposto anteriormente, apesar de sabidamente não ser uma prática ilícita, ainda assim a prostituição se enquadraria na hipótese do trabalho ilícito⁷⁷.

⁷³ Ibidem. p. 578.

⁷⁴ Ibidem. p. 579.

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ Ibidem. p. 580.

⁷⁷ BARROS, Alice Monteiro. Op. cit., p. 346

Alice Monteiro Barros expõe que não se pode confundir atividade ilícita com atividade proibida, uma vez que a primeira não produz efeitos jurídicos enquanto que a segunda produz alguns efeitos e é protegido o interesse do trabalhador⁷⁸. Ela exemplifica:

A título de exemplo, o trabalho realizado pelo menor de 14 anos é proibido, portanto, o ajuste com ele firmado é nulo, mas produz certos efeitos, pois autoriza a retribuição mensal.

Já **a atividade exercida pela meretriz em um prostíbulo é ilícita, por ser contrária aos bons costumes**, logo não produz qualquer efeito, e nem seque a retribuição lhe será devida.⁷⁹

(Grifo nosso)

A jurisprudência tem se posicionado também nesse sentido como pode ser observado nos julgados:

NULIDADE CONTRATAL. ATIVIDADE ILÍCITA. FAVORECIMENTO E MANUTENÇÃO DE CASA DE PROSTITUIÇÃO - VEDADOS PELOS ARTIGOS 228 E 229, DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO. A licitude do objeto é requisito à validade de qualquer espécie de contrato, inclusive o de trabalho. Destarte, **contrato de emprego que tenha por objeto a atividade de "prostituição" é nulo de pleno direito, em face da ilicitude do objeto, não gerando, portanto, qualquer efeito**, por afrontar "bem social tão relevante, que o Direito do Trabalho cede espaço à regra geral do Direito Comum, também negando qualquer repercussão justabalhista à prestação laborativa concretizada" (Maurício Godinho Delgado). Incide, no caso, o regramento inserto nos artigos 82 e 145, II, do Código Civil de 1916 (arts. 104, II e 166, I, da Lei Civil de 2003), e o entendimento cristalizado na Orientação Jurisprudencial n.º 199, da SDI-1, do Colendo do TST. Recurso ordinário improvido. (TRT-6 - RO: 269200400806006 PE 2004.008.06.00.6, Relator: Ivan de Souza Valença Alves, Data de Publicação: 22/12/2004. Grifo nosso)

GARÇONETE. CASA DE ENCONTROS. VÍNCULO DE EMPREGO RECONHECIDO. Quando, embora não revelada a ingerência direta da ré nos

⁷⁸ Ibidem. p. 347.

⁷⁹ Idem.

negócios realizados pela trabalhadora dentro de seu estabelecimento, resta demonstrado que ela se ativava em tarefas não eventuais à consecução dos fins do empreendimento, sem as quais este nem sequer existiria, inclusive promovendo o consumo de bebidas, entende-se como circunstâncias que configuram a subordinação jurídica sob o viés objetivo (integrativo) e ensejam o reconhecimento do vínculo de emprego na função pretendida de garçomete.

(RO - Processo 0001532-32.2012.5.04.0008, Relator Desembargador: Marcelo José Ferlin D. Ambroso, Data de Julgamento: 30/10/2014, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 07/11/2014)

A diferença básica entre as vertentes da teoria trabalhista das nulidades está na moralidade do que é aceito e do que não é aceito socialmente.

Apesar da criminalização por parte do Código Penal por envolvimento na forma de “empresário” do comércio do sexo e não especificamente do profissional do sexo, o trabalhador do sexo não tem normas trabalhistas que o protejam. Por isso, não haveria, além de nenhum estado anterior para o qual se retornar, qualquer indenização pelos danos sofridos diante da relação de trabalho pré-existente.

Thaís Campos Silva nos ensina que o enriquecimento sem causa é proibido pelo ordenamento jurídico. Por isso, não tendo *status quo ante* a se retornar, deveria ser indenizado o trabalhador com verbas trabalhistas. Isso porque a ilicitude está na atividade empresarial acessória à prostituição, como rufianismo, proxenetismo e casas de prostituição e não efetivamente na prática da prostituição pelo profissional do sexo. Sendo assim, o fretamento a essas atividades deve ser feito pelo Estado para que a punição seja direcionada aos agentes do crime, e não em detrimento dos trabalhadores da sexualidade⁸⁰.

Não deve, portanto, a moralidade ser impedimento para a obtenção de direitos e garantias fundamentais. E obviamente, deve-se considerar a dignidade da pessoa humana. Porém, da mesma forma que essa garantia fundamental serve de pretexto para o intervencionismo do Estado, não deveria ser também argumento basilar de direitos trabalhistas? Não estaria a escolha pessoal por uma profissão ligada diretamente com sua realização pessoal como cidadão?

80 SILVA, Thais Campos. Op. cit., p.138.

Posto isso, sabendo que para constituir contrato de trabalho nulo, seu objeto necessariamente deve ser ilícito. E, sabendo ainda que a prostituição não é prática ilícita à luz do ordenamento jurídico brasileiro, devem ser afastadas todas as pautas moralistas que impedem a garantia de direitos trabalhistas gerais e específicos da categoria para os profissionais do sexo.

O fundamento da adequação social complementa, em nosso sentir, o questionamento acerca da lesão ao bem jurídico, já que o conceito deste, em si, pode ser interpretado de forma multifacetada. Alguns podem compreender as atividades ligadas à prostituição (e criminalizadas) como lesivas ao bem jurídico *dignidade sexual*, com o que veemente não concordamos, por todo o exposto. De qualquer maneira, se ainda assim for considerado, a adequação social se mostra como causa de antijuricidade da conduta.

Nesse sentido, a Desembargadora Maria Cristina Schaan Ferreira foi muito feliz em seu voto quando reconheceu que a prática da prostituição pelo profissional do sexo é lícita e não pode ser contaminada pela ilicitude pelos tipos penais que a envolvem.

VÍNCULO DE EMPREGO. ATIVIDADE ILÍCITA. CASA DE PROSTITUIÇÃO. A ilicitude que diz respeito à finalidade do estabelecimento, e não à atividade do trabalhador, que por aquela não pode ser prejudicado, não obsta o reconhecimento do vínculo de emprego, quando presentes os requisitos de que tratam os artigos [2º](#) e [3º](#) da [CLT](#). Entendimento prevalente na Turma, vencida a Relatora. (TRT da 04ª Região, 6ª Turma, 0020273-43.2014.5.04.0302 RO, em 20/07/2015, Desembargadora Maria Cristina Schaan Ferreira)

Da mesma forma, em decisão, a juíza relatora Rosemary de Oliveira Pires firmou entendimento de que não se pode afastar os direitos devidos pela relação de trabalho pelo fato de a função do empregado envolver a prostituição:

"DANÇARINA DE CASA DE PROSTITUIÇÃO – POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO. Restando provado que a autora laborava no estabelecimento patronal como dançarina, sendo revelados os elementos fático-jurídicos da relação de emprego, em tal função, **não se tem possível afastar os efeitos jurídicos de tal contratação empregatícia**, conforme pretende o reclamado, **em decorrência de ter a reclamante também exercido a**

prostituição, atividade esta que de forma alguma se confunde com aquela, e, pelo que restou provado, era exercida em momentos distintos. **Entendimento diverso implicaria favorecimento ao enriquecimento ilícito do reclamado, além de afronta ao princípio consubstanciado no aforismo utile per inutile vitiari non debet.** Importa ressaltar a observação ministerial de que a exploração de prostituição, pelo reclamado, agrava-se pelo fato de que ‘restou comprovado o desrespeito a direitos individuais indisponíveis assegurados constitucionalmente – (contratação de dançarinas, menores de 18 anos), o que atrai a atuação deste MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, através da Coordenadoria de Defesa dos Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Indisponíveis CODIN’ - Procuradora Júnia Soares Nader (grifou-se).
(TRT 3ª R. – 5 T. – RO/1125/00 – Relª: Juíza Rosemary de Oliveira Pires – DJMG 18.11.2000. p. 23.) (Grifo nosso)

Faz-se necessário pontuar também que desde 2003, o Ministério do Trabalho, pela Portaria nº 397, de 09 de outubro de 2002, que institui a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), define a profissão do sexo como ocupação profissional. Com isso, resta ainda mais evidente que, apesar de se tratar de uma forma de trabalho, não há lei que a regule ou mesmo que haja reconhecimento por parte da CLT.

5198 :: Profissionais do sexo

Títulos

5198-05 - Profissional do sexo

Garota de programa, Garoto de programa, Meretriz, Messalina, Michê, Mulher da vida, Prostituta, Trabalhador do sexo

Descrição Sumária

Buscam programas sexuais; atendem e acompanham clientes ;participam em ações educativas no campo da sexualidade. As atividades são exercidas seguindo normas e procedimentos que minimizam a vulnerabilidades da profissão.

81

É bem sabido que como trabalhador autônomo, a atividade do profissional do sexo é permitida, apesar de moralmente condenada.

81 BRASIL. Classificação Brasileira De Ocupações. Ministério do trabalho. Disponível em <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/ResultadoOcupacaoMovimentacao.jsf>. Acesso em 26 Mai 2017.

Impossível, então, não indagar porque estaria excluída da tutela do Direito do Trabalho a profissão da sexualidade. E, mais ainda, seria impossível não afirmar como é extremamente controvertida a posição de ilegalidade do rufianismo diante do ordenamento jurídico trabalhista.

Segundo o autor Gustavo Filipe Barbosa Garcia, tendo em vista o caput do artigo 3º da CLT, o conceito de empregado é traduzido da seguinte forma:

“[...]empregado é todo trabalhador que presta serviço ao empregador. [...] é sempre uma pessoa física ou natural, que presta serviços com subordinação (“dependência”), não eventualidade, onerosidade (prestação de serviço “mediante salário”) e pessoalidade”⁸²

Art. 3º - Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

Logo, se para que haja obrigações trabalhistas numa relação de trabalho, em que há tanto empregado quanto empregador e todos os seus elementos essenciais de existência presentes, como vontade, subordinação, habitualidade, onerosidade e pessoalidade, não haveria que se ignorar a existência de uma relação de trabalho no mercado do sexo.

Ainda com relação ao artigo 3º da CLT, o seu parágrafo único deixa claro que “não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual”. Mais uma vez é demonstrado que distinção com relação ao trabalhador da sexualidade é injustificável.

Muito importante destacar o detalhe que consta no caput do artigo 3º da CLT referente à “natureza não eventual” dos serviços prestados pelos trabalhadores do sexo. Segundo Nucci, “a prostituição é o comércio habitual da atividade sexual”⁸³.

82 GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Op. cit., p.105.

83 NUCCI, Guilherme de Souza. Código penal comentado. 10ª. ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, p. 944.

Além disso, há três características intrínsecas para que se tenha a prática da prostituição: habitualidade, prestação de serviços a um número indeterminado de pessoas e a venalidade⁸⁴. Contudo, de acordo com Fernanda Menegotto Sironi em seu estudo intitulado “O paternalismo do Estado e os crimes relativos à prostituição”, a habitualidade é um dos elementos mais importantes de tal prática.

É patente que o lucro é o que promove e facilita a prostituição, contudo, existe uma divergência doutrinária a respeito do assunto. A prostituição geralmente é exercida com a finalidade venal, mas não é este um requisito imprescindível como a habitualidade e o número indeterminado de pessoas.⁸⁵

Isso significa que para que se considere prostituição deve haver necessariamente, o comércio habitual da prática do sexo.

Nas palavras de Nucci: “Demanda tempo e frequência, razão pela qual não se pode considerar uma pessoa prostituída porque uma vez teve relação sexual com alguém mediante contraprestação em dinheiro ou outro valor”⁸⁶.

Portanto, após todas as definições apresentadas quanto à relação de trabalho e seus elementos, inexequível seria não notar a semelhança da função de empresário em seu conceito generalista, com a função ilegal do rufianismo ou proxenetismo⁸⁷. Mister questionar a razão pela qual esse cargo é marginalizado pelo Direito do Trabalho sabe-se que se trata de um tipo penal, porém, nesse momento se faz uma análise dentro da esfera jurídico-trabalhista.

Com relação à subordinação, trata-se do elemento principal de uma relação de trabalho, uma vez que é o que diferencia o contrato de trabalho da prestação de serviço. E isso porque é a partir da subordinação que fica mais evidente que em uma relação de trabalho, o empregado

84 MUÇOUÇA, Renato de Almeida Oliveira. Op. cit., p. 150-153.

85 SIRONI, Fernanda Menegotto. O paternalismo do Estado e os crimes relativos à prostituição. [2011?], p.4.

86 NUCCI, Guilherme de Souza. Op. cit., p. 75.

87 MUÇOUÇA, Renato de Almeida Oliveira. Op. cit., p. 151-152.

deve obedecer a forma de realização do serviço indicada pelo empregador, enquanto que em uma prestação de serviço, os padrões de performance são definidos por ele.

Em uma relação de trabalho ordinária, o empregado, deveria ser subordinado ao *modus operandi* definido por seu empregador, a saber: jornada de trabalho, local de trabalho e a efetiva prática dos serviços oferecidos⁸⁸

Entretanto, no que tange ao trabalho do sexo, resta claro que só poderiam ser aplicadas e seguidas as orientações do empregador com relação a local e horário de trabalho, já que a forma como será prestado o serviço, ou seja, as vontades e desejos a que terão que se submeter esses profissionais só poderiam ser acordadas entre o prestador do serviço sexual e o cliente.

O professor Renato Muçouçah explica que, diante da facilidade de afetação da dignidade da pessoa humana, inclusive o desrespeito às normas de segurança e saúde e a possibilidade de escravização por dívida, o Direito do Trabalho prefere não tomar tal prática como aceita em seu ordenamento.

[...] os clientes poderão pagar, pelos serviços sexuais, valores bastante inferiores aos devidos, não respeitar as condições mínimas de dignidade do prestador de serviços sexuais, de maneira a prejudicar o trabalhador em seus direitos mais elementares. Por essa razão é que os lucros extraídos do meretrício poderão não chegar ao destinatário adequado o trabalhador do sexo e sim à figura do aliciador.⁸⁹

Contudo, ao pensar de maneira inversa, pode se chegar a um resultado muito mais eficiente e benéfico para a categoria. Isto é, digamos que a função exercida pelo “aliciador do sexo” fosse aceita pelo Direito do Trabalho.

Dessa forma, diante da hipótese oferecida pelo professor Renato Muçouçah, na ocorrência da exploração do prestador de serviços sexuais e/ou tomando conhecimento de desrespeito às normas de saúde e segurança impostas pela legislação e outras formas de

⁸⁸ DELGADO, Mauricio Godinho. Op. cit., p. 311.

⁸⁹ MUÇOUÇAH, Renato de Almeida Oliveira. Op. cit., p 151-152.

transgressão, caberia ao Direito do Trabalho, a fiscalização pelos meios que tem a sua disposição, e não o fechar de olhos que, em verdade, nada resolve e apenas conspira para que a exploração desses profissionais continue acontecendo.

3. UM REDIRECIONAMENTO DEVIDO DO DIREITO FACE AOS PROFISSIONAIS DO SEXO

3.1. O trabalho da sexualidade e o século XXI

3.1.1. Panorama internacional

Tendo em vista que em diversos países pelo globo a prática da prostituição é legitimamente regulamentada, tratará este estudo, no que importa o ambiente além do Brasil, de modelos aplicados em dois países em especial: Alemanha e Nova Zelândia.

A escolha por esses dois países se concentra no fato de que têm eles as legislações mais atuais e abrangentes que se pode encontrar contemporaneamente.

3.1.1.1. Alemanha

Propriamente dito, a prostituição nunca foi ilegal na Alemanha. Porém, as regulamentações existentes anteriores a 2002 ano do *Law Regulating the Legal Situation of Prostitutes* (ProstG) se limitavam às chamadas zonas de prostituição, impacto do contrato, lei de benefício público e terceiros. Enquanto isso, os bordeis não recebiam nenhum tipo de regulamentação específica, mas eram tolerados, inclusive aluguel de quartos para a prática da prostituição. A prostituição era tida como imoral e, por isso, os trabalhadores do sexo eram excluídos da legislação trabalhista, benefícios públicos e seguro de saúde, por exemplo.⁹⁰

O *Law Regulating the Legal Situation of Prostitutes* regula a situação jurídica das prostitutas. Para isso, estabelece que a prostituição é a prática de atos sexuais por uma contraprestação financeira, o que seria um negócio jurídico válido. Além disso, a partir da lei,

⁹⁰ KOSTER, Katherine. Legal in Theory: Germany's Sex Trade Laws and Why They Have Nothing to Do With Amnesty Sex Work Proposal. [2012?] Disponível em: http://www.huffingtonpost.com/katherine-koster/legal-in-theory-germanys-_b_8037820.html. Acesso em 25 Mai. 2017.

as condições dos trabalhadores do sexo melhoraram e possibilitou que eles pleiteassem judicialmente, se necessário, as suas contrapartidas e que entrassem em programas de saúde, desemprego e aposentadoria⁹¹.

Entretanto, apesar de ser chamado de o “maior bordel da Europa”, os governos locais alemães ainda detêm a disponibilidade de estabelecerem regramentos específicos de acordo com o seu sistema. Sendo assim, algumas cidades restringiram a prática da prostituição em certos lugares e horários⁹².

Em 2016, uma lei foi aprovada e que passará a produzir efeitos em julho obriga o uso de camisinhas por parte dos prostitutas e impõe que os trabalhadores do sexo se submetam a um registro oficial e frequentem sessões de aconselhamento sobre saúde. A lei foi altamente criticada pela frente pró-trabalhadores do sexo por acreditarem que tais imposições infringem a sua privacidade e poderiam encorajar o trabalho ilegal⁹³.

Acredita-se que a maior falha do sistema alemão foi exatamente o fato de ter permitido aos Estados, tamanha autonomia para decidirem sobre zoneamento, registro, políticas públicas de saúde e segurança e o poder da polícia⁹⁴.

Apesar da descriminalização e da regulamentação da prostituição na Alemanha, a sua prática sem restrições é privilégio de algumas cidades, como por exemplo, Berlim. Munique, no entanto, só permite o comércio sexual em apenas 3% da cidade. Da mesma forma, na utópica descriminalização total do sistema alemão, este dá totais poderes à polícia a entrar nos bordéis e locais onde ocorre o comércio sexual⁹⁵.

91 ANDERSON, Emma. Five things to know about prostitution in Germany. 2017. Disponível em: <https://www.thelocal.de/20170321/five-things-to-know-about-prostitution-in-germany>. Acesso em 30 Mai 2017.

92 Idem.

93 Idem.

94 KOSTER, Katherine. Legal in Theory: Germany's Sex Trade Laws and Why They Have Nothing to Do With Amnesty Sex Work Proposal. [2012?] Disponível em: http://www.huffingtonpost.com/katherine-koster/legal-in-theory-germanys-_b_8037820.html. Acesso em 25 Mai. 2017.

95 Idem.

Fernando Gabeira, em entrevista ao programa Sem Fronteiras, na Globo News, acredita que a legalização da prostituição na Alemanha se deu sem exaltação. Quando foi decidido que a profissão seria legalizada, executivo e o legislativo alemão se justificou no sentido de que a profissão foi legalizada, mas que não seria necessário a sua exaltação. Ou seja, o que os alemães mesmo não estado de acordo com a profissão, aceitaram o respaldo trabalhista à prática.

3.1.1.2. Nova Zelândia

Em junho de 2003, foi aprovado o Prostitution Reform Act 2003 (PRA) com o propósito de descriminalizar a prostituição, ao mesmo tempo não incentivando nem aplicando sanções morais⁹⁶ e seria o modelo mais liberal existente.

Segundo Renato Muçouçah, a Lei de Reforma da Prostituição nova-zelandesa só foi possível, pois desde 1987, “profissionais do sexo passaram a se encontrar em casas de massagem, bordéis, ruas e praias”⁹⁷, informalmente, para discutir sobre a descriminalização da prática da prostituição.

Esses profissionais passaram a confabular com integrantes do Ministério da Saúde, principalmente sobre a transmissão do vírus HIV e, à medida em que o tempo foi passando, tais encontros começaram a tomar proporções maiores⁹⁸. Consequência lógica disso foi o PRA.

O PRA promoveu significativas mudanças no sentido em que além de proporcionar e proteger direitos fundamentais aos trabalhadores da sexualidade e descriminalizar a prática da prostituição no país, foi capaz de revogar leis que vulnerabilizavam a categoria.

96 NOVA ZELÂNDIA. Prostitution Reform Act 2003. Disponível em <http://www.legislation.govt.nz/act/public/2003/0028/latest/DLM197815.html>. Acesso em 04 Jun 2017.

97 MUÇOUÇAH, Renato de Almeida Oliveira. Op. cit., p 82.

98 Idem.

O propósito desse Ato é descriminalizar a prostituição (não endossando ou sancionando moralmente a prostituição ou o seu uso) e criar um modelo que—

- (a) proteja os direitos humanos dos profissionais do sexo e proteja-os da exploração;
- (b) promova o bem-estar e saúde e segurança no trabalho das profissionais do sexo;
- (c) seja condizente com as medidas de saúde pública;
- (d) proíba o uso na prostituição de menores de 18 anos;
- (e) implemente certas outras reformas relacionadas.⁹⁹

(Tradução nossa.)

Na prática, o trabalho do sexo continua com seu comércio contido e, segundo pesquisas, teria seguido comedido entre 2003 e 2013. Porém, diante de uma melhor comunicação, que possibilitou a promoção de planos estratégicos de saúde, o incentivo à cultura do sexo seguro, dentro dos bordéis é possível encontrar informações sobre a prática do sexo seguro de forma destacada. E até para as pessoas que pensam em entrar no mercado da prostituição, agora legalmente, podem procurar informações práticas sobre a profissão e tomar sua decisão¹⁰⁰.

Catherine Healy, coordenadora nacional do coletivo de prostitutas da Nova Zelândia, em um vídeo explicativo sobre o processo de descriminalização da prostituição no país, produzido pelo mesmo coletivo, relata que antes do ato reformista, a polícia se fingia de clientes e compeliavam mulheres trabalhadoras da sexualidade. Tanto as que trabalhavam na rua, quanto as que trabalhavam em casas de massagem. Uma profissional do sexo no mesmo vídeo, Michelle, costumava trabalhar numa casa de massagem e também descreve seu pavor com relação à força policial. Pois, com medo de o cliente ser um policial disfarçado, não oferecia seus serviços por completo e, por isso, muitas vezes até nem recebia¹⁰¹.

99 NOVA ZELÂNDIA. Prostitution Reform Act 2003. Disponível em <http://www.legislation.govt.nz/act/public/2003/0028/latest/DLM197815.html>. Texto original: The purpose of this Act is to decriminalise prostitution (while not endorsing or morally sanctioning prostitution or its use) and to create a framework that—(a) safeguards the human rights of sex workers and protects them from exploitation;(b) promotes the welfare and occupational health and safety of sex workers:(c) is conducive to public health;(d) prohibits the use in prostitution of persons under 18 years of age;(e) implements certain other related reforms.

100 HEALY, Catherine. Legalizing Prostitution: New Zealand's Example. Nova Zelândia, 2013. Disponível em https://www.fairobserver.com/region/asia_pacific/legalizing-prostitution-new-zealands-example/. Acesso em 01 Jun 2017.

101 NZPC, New Zealand Prostitutes Collective. Nova Zelândia, 2013. Disponível em: <http://www.nzpc.org.nz/decriminalisation/multimedia/>. Acesso em 07 Jun 2017.

Com o advento do PRA, as negociações foram facilitadas e legitimadas. Os trabalhadores do sexo, a partir de 2003, não precisam mais se preocupar se o próximo cliente for um policial disfarçado querendo causar-lhes qualquer mal. Além disso, o ato também serviu para combater a corrupção, a exemplo de um policial que foi processado pela própria corporação por tentar extorquir uma profissional¹⁰².

Como em todos os lugares, o assunto causa polêmica e na Nova Zelândia não foi diferente. Apesar de ser aceita quase que nacionalmente, a prostituição ainda promove muitas controvérsias como por exemplo a ausência do chamado zoneamento para os profissionais que trabalham na rua. Tal controvérsia, no entanto, fez gerar um projeto de lei no Parlamento para que tais zoneamentos fossem criados localmente. Curiosamente, a polícia apoiou o Coletivo de Prostitutas da Nova Zelândia, que fomentou oposição ao projeto de lei, por reconhecer que os acordos informais seriam mais eficientes do que imposições por força da lei¹⁰³.

Nas palavras da própria Catherine Healy, o modelo neozelandês é tão inovador que tem servido de inspiração a vários países na Ásia, Europa, América Latina e América do Norte¹⁰⁴.

Para os trabalhadores do sexo, é muito além do que revogar leis que criminalizam o seu trabalho. Como os outros, eles querem direitos e responsabilidades para participar da sociedade sem discriminação. O modelo neozelandês de reforma legal é um passo para criar condições para permitir que isso aconteça.¹⁰⁵

(HEALY, Catherine. Legalizing Prostitution: New Zealand's Example. Nova Zelândia, 2013. Disponível em

102 HEALY, Catherine. Legalizing Prostitution: New Zealand's Example. Nova Zelândia, 2013. Disponível em https://www.fairobserver.com/region/asia_pacific/legalizing-prostitution-new-zealands-example/. Acesso em 01 Jun 2017.

103 Idem.

104 Idem. Texto original: For sex workers, it goes much deeper than repealing key parts of legislation that criminalize their work. Like others, they want the rights and responsibilities to participate in society without discrimination. The New Zealand model of law reform is a step to creating conditions that allow this to happen.

105 Idem. Texto original: For sex workers, it goes much deeper than repealing key parts of legislation that criminalize their work. Like others, they want the rights and responsibilities to participate in society without discrimination. The New Zealand model of law reform is a step to creating conditions that allow this to happen.

https://www.fairobserver.com/region/asia_pacific/legalizing-prostitution-new-zealands-example/ Tradução nossa)

3.1.1.3. Anistia Internacional

Será tratada a opinião da Organização Anistia Internacional não porque ser a única organização que se manifesta sobre a matéria, mas porque, devido ao seu peso na luta contra tortura, exploração e pelos direitos humanos, foi tomada como a porta-voz de seus pares para esse trabalho.

Cumprе ressaltar que a análise desse item foi feita com base na reportagem do programa Sem Fronteira, da Globonews, de 27/08/2015, no qual é entrevistada Catherine Murphy, representando a Anistia Internacional. A reportagem expõe as justificativas da Organização com relação à resolução que apoia a descriminalização da prostituição em favor dos direitos humanos e os manifestos contra essa posição e sua repercussão¹⁰⁶.

Em agosto de 2015, a Organização de Direitos Humanos Anistia Internacional aprovou uma resolução pela descriminalização da prostituição e em prol dos direitos humanos dos trabalhadores da sexualidade.

Em entrevista, Catherine Murphy, da Anistia Internacional, explicou que, apesar das críticas sofridas, a Organização não poderia fechar os olhos para os movimentos crescentes a favor dos direitos dos profissionais do sexo. E que tal ímpeto por parte da Organização foi encorajado pelo apoio universal e engajamento para a promoção desses direitos.

A Anistia Internacional recebeu diversas críticas fundamentadas no fato de que a organização, que sempre lutou contra a exploração, tortura a prisioneiros políticos etc e a favor dos direitos humanos teria ido longe demais com o apoio à descriminalização da prostituição.

¹⁰⁶ Anistia Internacional aprova resolução pela descriminalização da prostituição. Anistia Internacional Brasil, 2015. Disponível em <https://anistia.org.br/imprensa/na-midia/anistia-internacional-aprova-resolucao-pela-descriminalizacao-da-prostituicao/>. Acesso em 01 Jun. 2017.

A diretora executiva da *Coalition Against Trafficking in Women* (CATW), Taina Bien-Aimé, acredita que descriminalizar a prostituição significaria o mesmo que descriminalizar os cafetões, os donos dos bordéis e dos compradores do sexo. Sendo assim, na verdade, seria criado um direito fundamental à exploração, além de uma classe separada de mulheres específico para o comércio e exploração sexual.

Catherine Murphy, no entanto, explica que a grande confusão está no significado de “descriminalização” da prostituição na prática. Os críticos acreditam que a proposta da Anistia Internacional seria seguida da remoção das penas para essas funções exploratórias. Porém, seria a remoção de leis que se colocam como obstáculos entre os trabalhadores da sexualidade e iniciativas para a sua segurança.

Taina Bien-Aimé, com o apoio das principais frentes feministas norte-americanas, escreveu uma carta para a Anistia Internacional pela proposta de descriminalização da prostituição. A diretora executiva da CATW explica que a posição tomada pela organização pegou várias organizações que lutam contra a exploração sexual e o tráfico de mulheres, de surpresa. Ela expõe que a organização teria se unido à indústria do sexo em detrimento dos vulneráveis, que seriam os trabalhadores do sexo, e legitimando o trabalho de cafetões e traficantes de mulheres.

Contudo, o objetivo da Anistia Internacional é apenas defender uma categoria marginalizada e que, frequentemente, sofre risco de abuso e é forçada a se colocar do lado oposto ao da lei.

Como por exemplo o modelo nórdico adotado pela Suécia desde 1999, pelo qual só se penaliza o cliente. Na prática, os profissionais do sexo têm que assumir a responsabilidade de que seus clientes não sejam pegos pela polícia, para continuarem a atender à demanda. Ou seja, ao invés de serem colocados em uma posição de segurança, estão mais vulneráveis e marginalizados.

A Anistia Internacional deixa claro que, com relação ao tráfico de pessoas, sempre será contrária, pois se trata de uma violação muito séria dos direitos humanos e deve sempre ser criminalizada. Porém, com relação ao trabalho do sexo consentido, ignorar a sua existência

não o fará deixar de existir. Por isso, a sua criminalização, tanto no que tange o seu trabalho efetivamente, quanto acerca do seu consumo, obriga os profissionais do sexo a recorrer ao mundo paralelo e à informalidade.

Além disso, incentiva a dificuldade quanto à fiscalização. E, sendo a fiscalização uma atividade tão dificultada na prática da prostituição, invertem-se os valores. Então, na verdade, o que resta facilitado é o que os subversivos tendem a combater: condições propícias ao tráfico de pessoas para fins sexuais.

Sendo assim, a Anistia Internacional acredita que a chave para a resolução do problema é o estreitamento da relação entre trabalhadores do sexo e polícia para que esses profissionais se sintam à vontade de recorrer à polícia para reportar crimes, abusos e explorações que vierem a sofrer, sem temer serem eles mesmos criminalizados.

3.1.2. Vislumbre legislativo brasileiro

Em 2003, em um lampejo sobre a matéria, a Câmara dos Deputados recebeu o projeto de lei nº 98/2003, de autoria do Deputado Fernando Gabeira, que tinha por objetivo a “exigibilidade de pagamento por serviço de natureza sexual e suprime os arts. 228, 229 e 231 do Código Penal”¹⁰⁷.

O projeto de lei se absteve de conceituar “profissional do sexo”, porém, no parágrafo segundo de seu artigo primeiro, evidencia-se que o pagamento da prestação dos serviços sexuais só poderá ser exigido por quem os prestou ou estava à disposição para fazê-lo:

Art. 1º É exigível o pagamento pela prestação de serviços de natureza sexual.

[...]

§ 2º O pagamento pela prestação de serviços de natureza sexual somente poderá ser exigido pela pessoa que os tiver prestado ou que tiver permanecido disponível para os prestar.

107 BRASIL. Projeto de lei nº 98 de 2003. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=104691>. Acesso em 03 Jun 2017.

O Deputado Fernando Gabeira entende que a atividade da prostituição é contemporânea e, embora seja estigmatizada e sofra tentativas até violentas de repressão, ela continua existindo. Por isso, uma solução legítima para a redução os malefícios da marginalização é compreender que a sociedade que critica a categoria e relega é a mesma que a provém. Além disso, se não fosse uma prática marginalizada, seria possível cerca-la de cuidados quanto à ordem urbana e à política pública.¹⁰⁸

O projeto de lei foi rejeitado diante dos votos contrários dos deputados relatores Antonio Carlos Magalhães Neto e João Campos, que entenderam que a prostituição não enseja contrato típico e, por isso, colocam em dúvida a obrigação natural do pagamento pelos serviços sexuais. Além disso, a atividade sexual seria indisponível aos limites da autonomia privada e infringiria a dignidade da pessoa humana se o projeto de lei fosse aprovado e seria meio de facilitação para o proxenetismo e rufianismo.¹⁰⁹

Antes mesmo do Deputado Fernando Gabeira, em 1997, o Deputado Wigberto Tartuce apresentou o projeto de lei nº 3436/1997, que dispunha sobre a “regulamentação das atividades exercidas por pessoas que praticam a prostituição em desacordo com os costumes morais e atentatórios ao pudor”¹¹⁰.

Nesse projeto de lei, o conceito de profissional do sexo é dado pelo Deputado Wigberto Tartuce conforme o parágrafo primeiro do artigo primeiro:

Art.1º É livre o exercício da prostituição, observados os preceitos desta Lei.

§ 1º Considera-se profissional, para os fins desta Lei, aquele que, pessoalmente ou mediante remuneração ou vantagem, utilizando-se do próprio corpo, exerce o comércio sexual

108 BRASIL. Projeto de lei nº 98 de 2003; Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=104691>. Acesso em 03 Jun 2017.

109 BRASIL. Projeto de lei nº 98 de 2003; Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=104691>. Acesso em 03 Jun 2017.

110 BRASIL. Projeto de lei nº 3436 de 1997. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=F786987605FB51B03D9DED3D3C6FD26A.node2?codteor=1130871&filename=Avulso+-PL+3436/1997. Acesso em 20 Jan 2017.

Além disso, interdita o exercício profissional por menores de dezoito anos, prevê a inscrição desses profissionais como segurados na Previdência Social, apenas como profissionais autônomos e prescreve expressamente o cadastramento dos mesmos profissionais em unidades de saúde para exames mensais contra doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), que seriam anotadas em cartões de acompanhamentos de DSTs (artigos 1º, § 2º, 2º e 3º do Projeto de lei nº 3436/1997)¹¹¹.

O Deputado Wigberto fundamentou sua justificação no fato de que a categoria enfrenta diversas formas de preconceito, mas que deveria ser assegurado o acesso à assistência médica e jurídica, assim como a educação. Além disso, apresentou estudo feito entre 1988 e 1989, cuja conclusão foi que entre quarenta e nove prostitutas do Mangue, no Rio de Janeiro, verificaram-se diversas tentativas de suicídios por parte dessas profissionais por conta do isolamento social que sofrem.

Porém, o Subprocurador-Geral da República e Coordenador da 7ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, Miguel Guskow, em seus comentários ao projeto de lei, concluiu que a regulamentação não seria forma de reconhecer a cidadania e a dignidade dos trabalhadores do sexo, mas agravaria os problemas sociais. Completou ainda argumentando que a prostituição, na verdade é atividade a ser combatida, de acordo com os valores morais e cristãos¹¹².

Em 2004, no entanto, em mais uma tentativa de regulamentação da profissão da sexualidade, o Deputado Eduardo Valverde levou à Câmara dos Deputados o projeto de lei nº 4244/2004, que instituiu a profissão dos trabalhadores da sexualidade e outras providências.¹¹³

111 BRASIL. Projeto de lei nº 3436 de 1997. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=F786987605FB51B03D9DED3D3C6FD26A.node2?codteor=1130871&filename=Avulso+-PL+3436/1997. Acesso em 20 Jan 2017.

112 BRASIL. Projeto de lei nº 3436 de 1997. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=F786987605FB51B03D9DED3D3C6FD26A.node2?codteor=1130871&filename=Avulso+-PL+3436/1997. Acesso em 20 Jan 2017.

113 BRASIL. Projeto de lei nº 4244 de 2004. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=266197>. Acesso em 03 Jun 2017.

O autor do projeto de lei buscou definir de forma muito mais abrangente o conceito de “profissionais da sexualidade” e despiu o termo do estigma social não só direcionando a categoria para quem efetivamente presta serviços sexuais, mas também para quem subsidiariamente trabalha com a sexualidade¹¹⁴.

Art.1º - Consideram-se trabalhadores da sexualidade toda pessoa adulta que com habitualidade e de forma livre, submete o próprio corpo para o sexo com terceiros, mediante remuneração previamente ajustada, podendo ou não laborar em favor de outrem. Parágrafo Único: Para fins dessa lei, equiparam-se aos trabalhadores da sexualidade, aqueles que expõem o corpo, em caráter profissional, em locais ou em condições de provocar apelos eróticos, com objetivo de estimular a sexualidade de terceiros.

Além disso, estabeleceu um rol exemplificativo explicitando que muitos profissionais estariam categorizados como profissionais do sexo simplesmente pelo fato de estarem envolvidos com a sexualidade. Seja efetivamente prestando serviços sexuais, seja reproduzindo em filmes pornográficos o ato sexual, seja gerenciando casas de prostituição.

Art.2º - São trabalhadores da sexualidade, dentre outros:

- 1 – A prostituta e o prostituto;
- 2 – A dançarina e o dançarino que prestam serviço nus, seminus ou em trajes sumários em boates, dancing’s, cabarés, casas de “strip-tease” prostíbulos e outros estabelecimentos similares onde o apelo explícito à sexualidade é preponderante para chamamento de clientela;
- 3 – A garçonete e o garçom ou outro profissional que presta serviço , em boates, dancing’s, cabarés, prostíbulos e outros estabelecimentos similares que tenham como atividade secundária ou predominante o apelo a sexualidade, como forma de atrair clientela;
- 4 – A atriz ou ator de filmes ou peças pornográficas exibidas em estabelecimentos específicos;
- 5 – A acompanhante ou acompanhante de serviços especiais de acompanhamento íntimo e pessoal de clientes;
- 6 – Massagistas de estabelecimentos que tenham como finalidade principal o erotismo e o sexo;
- 7 – Gerente de casa de prostituição.

¹¹⁴ MUÇOUÇA, Renato de Almeida Oliveira. Trabalhadores do sexo e seu exercício profissional: delimitações entre as esferas penal e trabalhista. São Paulo: LTr, 2015. p 60.

O Deputado Eduardo Valverde inovou ainda no sentido de que conseguiu prever em seu projeto de lei, no artigo terceiro, que os profissionais da sexualidade poderiam prestar seus serviços de forma subordinada e remunerada em proveito de terceiros, “devendo as condições de trabalho serem estabelecidas em contrato de trabalho”, admitindo relação de emprego para esses trabalhadores¹¹⁵.

Art.3º- Os trabalhadores da sexualidade podem prestar serviço de forma subordinada em proveito de terceiros, mediante remuneração, devendo as condições de trabalho serem estabelecidas em contrato de trabalho.

Para mais, também definiu que o registro profissional na Delegacia Regional do Trabalho seria obrigatório e revisado a cada doze meses, trabalhadores da sexualidade autônomos deveriam ser segurados no INSS como tais, além de um rol exemplificativo de direitos para a categoria e combater o artigo 229 do Código Penal que tipifica casas de prostituição.

Art.4º- São direitos dos trabalhadores da sexualidade, dentre outros:

- a – Poder expor o corpo, em local público aberto definido pela autoridade pública competente;
- b – Ter acesso gratuito aos programas e ações de saúde pública preventiva de combate às doenças sexualmente transmissíveis;
- c – Ter acesso gratuito aos esclarecimentos das autoridades de saúde pública sobre medidas preventivas de evitar as doenças socialmente previsíveis;

Art.5º - Para o exercício da profissão de trabalhador da sexualidade é obrigatório registro profissional expedido pela Delegacia Regional do Trabalho.

§1º - O registro profissional deverá ser revalidado a cada 12 meses.

§2º - Os trabalhadores da sexualidade que trabalham por conta própria deveram apresentar a inscrição como segurado obrigatório junto ao INSS, no ato de requerimento do registro profissional

§3º - Para a revalidação do registro profissional será obrigatório a apresentação da inscrição como segurado do INSS e do atestado de saúde sexual, emitido pela autoridade de saúde pública.

115 MUÇOUÇA, Renato de Almeida Oliveira. Op. cit., p. 60.

Art.6º- É vedado o labor de trabalhadores da sexualidade em estabelecimentos que não tenham a autorização das autoridades públicas em matéria de vigilância sanitária e de segurança pública.

Art.7º - Os trabalhadores da sexualidade poderão se organizar em cooperativas de trabalho ou em empresas, em nome coletivo, para explorar economicamente prostíbulos, casas de massagens, agências de acompanhantes e cabarés, como forma de melhor atender os objetivos econômicos e de segurança da profissão.

Em 2005, o Deputado Eduardo Valverde requereu a retirada de tramitação do projeto de lei e arquivamento do mesmo.¹¹⁶

Em julho de 2012, o Deputado Jean Wyllys propôs o projeto de lei nº 4211/2012, intitulado de Lei Gabriela Leite, em homenagem à orgulhosamente assumida prostituta e ativista.

O projeto de lei estabelece o conceito específico de profissional do sexo como toda pessoa absolutamente capaz e que voluntariamente presta os serviços em voga e, ainda, institui que o pagamento é juridicamente exigível, além de se tratar de uma obrigação pessoal e intransferível, conforme seu artigo primeiro e parágrafos:

Art. 1º - Considera-se profissional do sexo toda pessoa maior de dezoito anos e absolutamente capaz que voluntariamente presta serviços sexuais mediante remuneração.

§ 1º É juridicamente exigível o pagamento pela prestação de serviços de natureza sexual a quem os contrata.

§ 2º A obrigação de prestação de serviço sexual é pessoal e intransferível.¹¹⁷

Ademais, introduz a importante definição do que efetivamente seria exploração sexual em meio à prostituição no artigo segundo:

116 CONRADO, Monica Prates et al. Prostituição, tráfico e exploração sexual de crianças: diálogo multidisciplinar. Brasília: Vestinik, 2016. p. 81. Disponível em https://play.google.com/books/reader?id=XxncCwAAQBAJ&printsec=frontcover&output=reader&hl=pt_BR&pg=GBS.PT79.w.6.0.49. Acesso em 04 Jun 2017.

117 BRASIL. Projeto de lei nº 4211 de 2012. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=551899>. Acesso em 04 Jun 2017.

Art. 2º - É vedada a prática de exploração sexual. Parágrafo único: São espécies de exploração sexual, além de outras estipuladas em legislação específica:

I- apropriação total ou maior que 50% do rendimento de prestação de serviço sexual por terceiro;

II- o não pagamento pelo serviço sexual contratado;

III- forçar alguém a praticar prostituição mediante grave ameaça ou violência.¹¹⁸

A maior inovação difundida pelo projeto de lei, sem dúvidas, para além das formas de trabalho como autônomo ou em cooperativas, foi a alteração dos artigos 228, 229, 230, referentes aos tipos penais de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual, casa de prostituição que passaria a ser denominado casa de exploração sexual e rufianismo, respectivamente, do Código Penal, que passariam a vigorar da seguinte forma:

Art. 228. Induzir ou atrair alguém à exploração sexual, ou impedir ou dificultar que alguém abandone a exploração sexual ou a prostituição [...]

Art. 229. Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente [...]

Art. 230. Tirar proveito de exploração sexual, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça [...]¹¹⁹

O projeto de lei proposto, no entanto, baseado na Lei de Prostituição alemã, apresentou-se de forma muito mais trivial do que o projeto de lei do Deputado Eduardo Valverde, no sentido de que o projeto de lei nº 4244 de 2004 foi muito mais incisivo na ascensão dos profissionais do sexo a direitos fundamentais¹²⁰. Enquanto que o projeto de lei do Deputado Jean Wyllys teve maior enfoque em definições conceituais e alterações de condutas tipificadas pelo Código Penal.

118 BRASIL. Projeto de lei nº 4211 de 2012. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=551899>. Acesso em 04 Jun 2017.

119 BRASIL. Projeto de lei nº 4211 de 2012. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=551899>. Acesso em 04 Jun 2017.

120 MUÇOUÇA, Renato de Almeida Oliveira. Op. cit., p. 61.

Diante do exposto, não há que se negar que a profissão do sexo é, de fato, uma profissão e que “não se pode afirmar que o profissional do sexo não é uma pessoa honrada, e menos ainda que é indigna, pois honradez e dignidade, a toda evidência, não se centram em genitálias ou na utilização que delas se faz”¹²¹.

3.2. O Direito do Trabalho e a construção da dignidade dos profissionais do sexo – uma nova leitura

Tendo em vista a prostituição como objeto lícito de um contrato de trabalho, que é, e a sua indicação como ocupação pela Portaria nº 397, de 3 de outubro de 2002, torna-se incabível aponta-la sem considerar a sua necessidade de regulamentação.

Para se discutir uma regulamentação, imprescindível é colocar em pauta a figura do “aliciador” ou do “intermediador” que o ordenamento jurídico tipifica penalmente como rufião ou proxeneta. A ilicitude da função faz com que o vínculo empregatício entre ele e o profissional do sexo seja atividade ilícita, o que justificaria a nulidade do contrato de trabalho¹²².

Deve-se analisar a prostituição fora do prisma da comparação contra a exploração sexual e aceitar que é possível haver uma relação de hierarquia e subordinação entre profissional do sexo e *cafetão*, uma vez que, na prática, não haveria nada de ilegal em tal relação.

À luz dos ensinamentos do professor Renato Muçouçah, o autor afirma que é possível firmar de contratos de trabalho cujo objeto é a prestação de serviços sexuais, tanto de forma autônoma quando de forma subordinada¹²³:

Esses contratos poderão dar-se de forma *autônoma*, ou seja, quando o trabalhador pode desenvolver suas atividades com pleno desembaraço, sem a interferência de terceiros que não tenham participado diretamente do contrato, ou *subordinada*, caso

121 Idem.

122 Ibidem. p. 177.

123 Idem

em que o trabalhador, sempre pessoa física, presta seus serviços aos clientes de outra pessoa, física ou jurídica, com pessoalidade, onerosidade, não eventualidade e subordinação jurídica.

Nesse sentido, abre-se espaço para discutir o tipo penal das casas de prostituição. Da mesma forma que o rufião e o proxeneta, a sua criminalização nada mais é que um empecilho para o reconhecimento do vínculo empregatício e, conseqüentemente, a garantia de direitos trabalhistas para os profissionais da sexualidade.

Quando a CLT permite que o empregador pode ser tanto pessoa física quanto pessoa jurídica¹²⁴, não há pensar em penalizar o empreendimento quando a prostituição é praticada de forma consensual e administrada por um terceiro e objeto da relação de trabalho é lícita aqui não se fala de exploração sexual ou qualquer outra forma de coação de uma pessoa para obtenção de relações sexuais forçadas ou não.

No que tange à forma, a prestação de serviços sexuais, tanto autônoma quanto subordinada, sempre seria regida por um contrato tácito ou expresso, como prevê a lei. Para a contratação dos serviços, as partes devem ser capazes de assumir obrigações jurídicas e obter direitos. Sendo assim, não poderia, pois, o contratado ser menor de dezoito anos. Logo, não se consideraria para a profissão do sexo a previsão constitucional do artigo 7º, inciso XXXIII, CRFB, uma vez que, assim para com outras limitações que sofrem, visa-se “preservar a formação do adolescente”¹²⁵ o objetivo nunca será a legitimação da prostituição infantil, enquanto que o escopo sempre será a prática da prostituição adulta consensual.

Dessa forma, ao aceitar a relação de trabalho e o contrato de trabalho tendo como objeto a prostituição, terá, também, que se conceder todas as garantias fundamentais que um negócio jurídico empregatício compõe, como por exemplo a situação previdenciária desses profissionais.

124 BRASIL. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Artigo 2º. Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.

125 MUÇOUÇA, Renato de Almeida Oliveira. Op. cit., p. 179.

É bem verdade que esses profissionais poderiam contribuir com a previdência social como autônomos. Contudo, sendo assim difundido, não estariam garantidas exigências inerentes da profissão do sexo, como por exemplo a prevenção e tratamento de doenças sexualmente transmissíveis e a própria segurança dos trabalhadores que estão expostos à violência¹²⁶.

Em notícia publicada em 2011 através da rede mundial de computadores no Portal Globo (apud Renato Muçouçah, 2015), a travesti Lilith Prado quis contribuir ao INSS de acordo com a sua profissão, apesar de ter sido instruída a se inscrever como trabalhadora autônoma¹²⁷.

Muitos são os contribuintes que se declaram autônomos, mas não especificam sua ocupação, e com Lilith Prado foi diferente: esta desejou declarar publicamente seu mister a fim de que, numa eventualidade, a autarquia previdenciária venha a compreender que os riscos inerentes à sua profissão (como doenças sexualmente transmissíveis) sejam de pronto compreendidas.¹²⁸

Isso só mostra que, mesmo depois de nove anos que a Portaria nº 397 promoveu a profissão do sexo à ocupação, a autarquia previdenciária ainda não estava preparada para receber esse tipo de inscrição.

A partir da CBO, a contribuição ao INSS fica vinculada a um código relativo à profissão listada. A partir da inclusão da prostituição na lista de ocupações, isso gera para a autarquia a obrigação de conceder garantias específicas de acordo com a profissão declarada, ou seja, a de profissional do sexo. Contudo, mesmo após tantos anos da classificação, a maioria dos trabalhadores da sexualidade não contribui se declarando os reais profissionais que são. Isso muito por causa do estigma que os seguem na sociedade, mas também porque essa

126 SILVA, Thais Campos. Op. cit., p.77.

127 Ibidem. p.76

128 MUÇOUÇAH, Renato de Almeida Oliveira. Op. cit., p 59.

possibilidade não é difundida, logo nem todos esses profissionais sabem que têm esse direito¹²⁹.

Ao analisar tal despreparo, é possível perceber algo além das hipóteses apresentadas. Apesar de ser proibido qualquer discriminação com relação à ocupação profissional, conforme a Convenção nº 111 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Brasil em 1965 e promulgada pelo Decreto-lei nº 62.150 de 1968, vê-se que a discriminação já é intrínseca à sociedade, uma vez que a maior parte dos trabalhadores do sexo é perseguido pela intolerância social com relação à prostituição.

Art. 1 — 1. Para os fins da presente convenção o termo “discriminação” compreende:

- a) toda distinção, exclusão ou preferência fundada na raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social, que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidade ou de tratamento em matéria de emprego ou profissão;
- b) qualquer outra distinção, exclusão ou preferência que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidades ou tratamento em matéria de emprego ou profissão que poderá ser especificada pelo Membro interessado depois de consultadas as organizações representativas de empregadores e trabalhadores, quando estas existam, e outros organismos adequados.

Tal discriminação é tão vexatória que, mesmo defendendo direitos e garantias trabalhistas para a categoria, a maioria dos profissionais do sexo talvez não se autodeclarem no INSS como o que realmente são, por medo do estigma e suas consequências.

A assunção da identidade revelada através do reconhecimento do seu trabalho torna-se para ela um tema bastante delicado. Por isso, elas defendem as garantias e os direitos dos trabalhadores em geral, mas rejeitam um modelo de regulamentação que as identifique como “prostitutas”. [...] o reconhecimento pode ser também uma forma de rompimento com a visão negativa do seu trabalho, mas a mudança deste

129 SILVA, Thais Campos. Op. cit., p.75.

lugar profissional ainda não é suficiente para romper com o estigma que está colocado na sociedade.¹³⁰

Entretanto, apesar de todos os obstáculos impostos, esses trabalhadores ainda conseguem se sobrepor a eles e se reconhecem diante da sociedade.

“... percebe-se que este modelo dicotômico que acaba promovendo a identificação, amplia a percepção da sua condição na sociedade. Reconhecem a exclusão, mas se colocam como “pessoas que trabalham” e reafirmam a necessidade de valorização da categoria, exigindo direitos e garantia fundamentais no mundo do trabalho. Ao se identificarem profissionalmente, exigem reconhecimento da condição de *mulher trabalhadora*, fazendo com que predominem articulações entre sociedade e reivindicação da condição profissional”¹³¹

Assim como outra profissão, os profissionais do sexo podem encontrar satisfação no que escolheram para fazer de suas vidas. Por isso, resta ao Estado e sua comunidade social se despir de suas raízes preconceituosas e permitir, sem amarras, que a categoria se desenvolva na “liberdade de sua autonomia”¹³².

“Reconhecer, tá, aí, tudo bem. Mas você já pensou ter uma carteira assinada ‘prostituta’? Sei lá, fica sem graça, sem jeito. “Ah fica horrível”. Se fosse uma coisa assim, que desse nome, tudo bem. Mas você trabalha ali, trabalha de que? O que você faz? Prostituta! Prostituta? Mas qual prostituta? Ah, não tem jeito.”¹³³

O não reconhecimento além de ir contra princípios fundamentais constitucionais como dignidade da pessoa humana e da igualdade, fortaleceria a prática de exploração sexual, em seu sentido mais amplo e tendo por base a definição do projeto de lei nº 4211/12. E, com isso, torna ainda mais difícil desembaraçar a tutela do bem jurídico que envolve a prostituição.

130 MORAES, Aparecida Fonseca. *Mulheres da vila: prostituição, identidade social e movimentos associativo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 264-265

131 Ibidem. p. 246

132 MUÇOUÇAH, Renato de Almeida Oliveira. Op. cit., p. 182.

133 MORAES, Aparecida Fonseca. Op. cit., p. 265-266.

Mas, mais que isso, fica cada vez mais difícil libertar a categoria do estigma social imputado a ela.

Há que se pesar que a tributação de serviços surgiu em Roma por causa das prostitutas¹³⁴. Dessa forma, o reconhecimento da prostituição como profissão e, conseqüentemente, a sua regulamentação, permitiria a tributação dos serviços prestados, podendo assim, incidir ISS ou ICMS.

Para além disso, com a regulamentação, seria possível uma fiscalização efetiva dos profissionais do sexo e dos seus locais de trabalho e delimitação dos mesmos. Tal fiscalização não seria diferente da que já é feita pelos auditores fiscais do trabalho com relação a todas as outras profissões. Obviamente, haveria de ter uma norma específica, tendo em vista a especificidade do objeto de trabalho proposto por prostitutas e prostitutos¹³⁵.

Ainda com relação à fiscalização para o trabalho da sexualidade, a regulamentação também possibilitaria normas de segurança e saúde pública, como é feito na Nova Zelândia e na Alemanha.

Repisa-se, portanto, que não devem ser confundidas a prostituição e a exploração sexual. Isso porque o elemento essencial que as difere é a livre escolha. Com isso, resta entender que também é possível o vínculo entre profissional do sexo e um terceiro, de forma que sejam acordados os valores e comissões¹³⁶.

Sendo assim, necessário se faz suscitar a diferenciação entre prostituição e exploração sexual. A essencial marca de diferença entre as duas práticas é a vontade. A prostituição como profissão demanda o “querer” do profissional em prestar serviços sexuais tendo uma

134 QUINTANILHA, Gabriel. Artigo 71, 72 e 73. [2015?] Disponível em <http://www.direitocom.com/codigotributario-nacional-comentado/livro-primeiro-sistema-tributario-nacional-do-artigo-2-ao-95/titulo-iii-impostos-do-artigo-16-ao-76/capitulo-iv-impostos-sobre-a-producao-e-a-circulacao-do-artigo-46-ao-73/artigo-71-10>. Acesso em 14 Jun. 2017.

135 PIRES, Jean. Profissionais do Sexo: “Prostituição não é crime, é trabalho”, diz procurador do MPT sobre prática, 2014. Disponível em <https://jean2santos.jusbrasil.com.br/artigos/118241033/profissionais-do-sexo-prostituicao-nao-e-crime-e-trabalho-diz-procurador-do-mpt-sobre-pratica>. Acesso em 14 Jun. 2017.

136 Idem.

contraprestação financeira. Enquanto que a exploração sexual pode ser entendida de maneiras diferentes.

A concepção da expressão “exploração sexual” varia no que tange como ela ocorre. Há exploração sexual quando se tem a coação ou ameaça para que um indivíduo se prostitua; ou quando se impede que o indivíduo saia da prostituição; ou quando os valores auferidos pela prática da prostituição são surrupiados por um terceiro e uma quantia mínima, ou nada, seja devida ao profissional.

Isso posto, não há que se pensar em exploração sexual quando um profissional do sexo se subordina a um terceiro para que este cumpra a função de empresário. Ou seja, um terceiro que tenha funções de agenciamento e organização de seus serviços sexuais e clientes.

Dessa forma, o trabalho da sexualidade se baseia na liberdade. Liberdade essa que deve ser respeitada pela sociedade e pelo Estado. O Estado, então, deveria cumprir a sua mais importante função, que é a promoção e a preservação de direitos e garantias fundamentais. A partir disso, propõem-se duas frentes: o cooperativismo e a associação sindical. A associação sindical permitiria que, por meio da união dos trabalhadores, houvesse um diálogo explícito e honesto entre eles e a sociedade. E, dessa forma, fosse possível entender as suas reais demandas e exigir iniciativas efetivas dos governantes para “elevar o nível de vida, a proteção e os direitos a serem destinados a tais trabalhadores”¹³⁷.

Por conseguinte, salienta-se que o sistema abolicionista adotado pelo Brasil não ampara a categoria como deveria. E, por isso, regulamentar é a solução. Conforme evidenciado anteriormente neste trabalho, nos países em que se adota o sistema regulamentador, nota-se que políticas públicas de segurança e saúde foram melhoradas, o controle do tráfico de pessoas aumentou e a relação entre trabalhadores do sexo e a polícia também melhorou, o que foi crucial para a segurança tanto desses trabalhadores quanto de quem faz uso desses serviços¹³⁸.

137 MUÇOUÇAH, Renato de Almeida Oliveira. Op. cit., p. 182.

138 NZPC, New Zealand Prostitutes Collective. Nova Zelândia, 2013. Disponível em: <http://www.nzpc.org.nz/decriminalisation/multimedia/>. Acesso em 07 Jun 2017.

Se não for possível regulamentar o trabalho do sexo, devido às mudanças legislativas que isso demanda, deve o Direito do Trabalho despender seus esforços para oferecer medidas alternativas e proporcionar um ambiente próprio de trabalho à categoria¹³⁹.

O vínculo de emprego pode ser reconhecido de pronto, quando preenchidos os requisitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho. A ilicitude da atividade do empregador não pode contaminar o trabalho prestado pelo empregado, inclusive porque prostituir-se não é crime. [...]

Ademias, a condenação trabalhista não inviabiliza a condenação pelo crime em esfera própria. O Direito Penal não se contamina por decisões de outros ramos jurídicos. A sentença que reconhecer o vínculo de emprego deverá oficializar, inclusive as autoridades competentes para que tomem as providências que entenderem cabíveis.¹⁴⁰

Por fim, desconsiderar que haja um vínculo empregatício que envolve o profissional da sexualidade, apenas retira a responsabilidade do terceiro que o contrata e incentiva o enriquecimento sem causa e a prática da prostituição em ambientes inóspitos não só fisicamente, mas no que diz respeito às condições de trabalho e dignidade humana¹⁴¹.

CONCLUSÃO

Segundo Fernando Gabeira, “tendo em vista o uso do corpo como direito humano, desde que um terceiro não seja prejudicado, a prostituição seria um direito humano”¹⁴².

Diante de todo o exposto sobre a diferença entre prostituição e exploração sexual, deve-se atentar para o elemento mais essencial de todos, que é a autonomia. Independentemente de

¹³⁹ SILVA, Thais Campos. Op. cit., p.143.

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ Idem.

¹⁴² NZPC, New Zealand Prostitutes Collective. Nova Zelândia, 2013. Disponível em: <http://www.nzpc.org.nz/decriminalisation/multimedia/>. Acesso em 07 Jun 2017.

concordância sobre a prostituição, importante entender que a regulamentação é a solução mais determinante para o problema da exploração sexual dentro da prática da prostituição.

Por isso, o Direito de Trabalho é o protagonista nessa relação. A partir dele, é possível impor diretrizes a serem seguidas para que haja uma relação de trabalho em que são respeitados os princípios da liberdade, dignidade humana liberdade, entre outros.

Com o Direito do Trabalho a favor dessa categoria, também se torna possível a difusão da informação para toda a sociedade, através de documentos oficiais. Dessa forma, a profissão sai do estigma de marginalidade e passa a vigorar no meio social com legitimidade.

A prostituição não deixa de existir apesar de todos os obstáculos sociais. A sociedade tende a seguir alguns parâmetros e muitas vezes não se dá conta de quanto tais parâmetros são mutáveis. Com isso, a sociedade mundial vive em um ciclo sem fim de ideias de certo e errado que, no fim, não se pode mais apontar o que é certo e o que é errado. Por isso, deve ser feita uma reflexão do que é, na verdade, justo.

Mais do que isso, apesar de se apresentar como um assunto socialmente polêmico, a regulamentação e o reconhecimento como profissão seria extremamente benéfico para esses trabalhadores que teriam todas as garantidas conferidas pela CLT diante de um contrato de trabalho.

Embora a Portaria nº 397 de 2002 tenha conferido à profissão do sexo a nomenclatura de ocupação, não teve alcance suficiente a ponto de suportar a inscrição desses profissionais no INSS, que, na grande maioria das vezes, continuam a se inscrever como autônomos.

Por mais que qualquer um possa se inscrever na autarquia como autônomo, a prostituição requer atenção especial quanto a riscos inerentes aos quais os profissionais do sexo estão frequentemente expostos, como doenças sexualmente transmissíveis, por exemplo.

Sabe-se que a prostituição não é uma atividade ilícita, contudo continua sendo tratada como trabalho ilícito por conta das atividades acessórias que a cercam. Por isso, mais uma vez resta falar do sistema regulatório como solução. Pois, a partir dele, os profissionais do sexo

estarão legitimamente inseridos na sociedade e, com isso, será despir esses trabalhadores do estigma de marginalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Emma. Five things to know about prostitution in Germany. 2017. Disponível em: <https://www.thelocal.de/20170321/five-things-to-know-about-prostitution-in-germany>. Acesso em 30 Mai 2017.

ANDRADE, Anita Duarte de. “Prostituição é trabalho?”. Disponível em: <http://www.mrccursos.com/blog/prostituicao-e-trabalho>. Acessado em 19/11/2016.

ASSIS, Calin Bahia de. “A legalização do contrato de trabalho da prostituta com base nos direitos humanos”. Disponível em: http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=6292. Acessado em 19/11/2016.

BARROS, Alice Monteiro. Curso de direito do trabalho. 10 ed. São Paulo: LTR, 2016.

BENTHAM, Jeremy. John Stuart Mill. Uma introdução aos princípios da moral e da legislação. Coleção Os pensadores, vol. XXXIV. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil/88. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

_____.Decreto-lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm.

_____.Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm.

CONRADO, Monica Prates et al. Prostituição, tráfico e exploração sexual de crianças: diálogo multidisciplinar. Brasília: Vestinik, 2016. p. 81. Disponível em https://play.google.com/books/reader?id=XxncCwAAQBAJ&printsec=frontcover&output=reader&hl=pt_BR&pg=GBS.PT79.w.6.0.49. Acesso em 04 Jun 2017.

DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho. 12 ed. São Paulo: LTR, 2016.

DIAS, RENATO DE ALMEIDA OLIVEIRA MUÇOUÇA. Trabalhadores do Sexo e Seu Exercício Profissional. 2ª ed. Junho, 2015. São Paulo: LRT, 2015. Disponível em <https://anistia.org.br/imprensa/na-midia/anistia-internacional-aprova-resolucao-pela-descriminalizacao-da-prostituicao/>. Acesso em 01 Jun. 2017.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: A vontade de saber, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque de J.A. Guilhon Albuquerque, p. 110-111.

FRANÇA, José Felipe Quintanilha. DEMOCRACIA, A HERANÇA GREGA DE ATENAS NO PENSAMENTO POLÍTICO UNIVERSAL (SÓLON / CLÍSTENES / PÉRICLES). Disponível em <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=b6846b0186a035fc>. Acesso em 30 abr. 2017.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Manual do direito do trabalho. São Paulo: Editora Método, 2013, p.105.

GRECO, Rogério. Curso de direito penal, vol. I. Rio de Janeiro: Impetus, 2012

HARTMANN (2002) 248–9; Grazebook, in Grazebrook et al. (2011) 53 apud Leão, Delfim. Sólon e as normas sobre prostituição e instituição de bordéis em Atenas. Disponível em <https://digitalisdsp.uc.pt/bitstream/10316.2/37512/1/Solon%20e%20as%20normas%20sobre%20prostituicao.pdf>. Acesso em 30 Abr. 2017.

HEALY, Catherine. Legalizing Prostitution: New Zealand's Example. Nova Zelândia, 2013. Disponível em https://www.fairobserver.com/region/asia_pacific/legalizing-prostitution-new-zealands-example/. Acesso em 01 Jun 2017.

KOSTER, Katherine. Legal in Theory: Germany's Sex Trade Laws and Why They Have Nothing to Do With Amnesty Sex Work Proposal. [2012?] Disponível em:

http://www.huffingtonpost.com/katherine-koster/legal-in-theory-germanys-_b_8037820.html. Acesso em 25 Mai. 2017.

LEÃO, Delfim. Sólon e as normas sobre prostituição e instituição de bordéis em Atenas. Disponível em <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/37512/1/Solon%20e%20as%20normas%20sobre%20prostituicao.pdf>. Acesso em 30 Abr. 2017.

LEITE, Gabriela. Filha, mãe, avó e puta: A história de uma mulher que decidiu ser prostituta/Gabriela Leite em depoimento a Marcia Zanelatto. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MORAES, Aparecida Fonseca. Mulheres da vila: prostituição, identidade social e movimentos associativo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

MURPHY, Emmett. História dos grandes bordéis do mundo. Tradução de Heloísa Jahn. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1994, p. 243/261

NUCCI, Guilherme de Souza. Código penal comentado. 10ª. ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

_____. Crimes contra a dignidade sexual: comentários à Lei 12.015, de 7 de agosto de 2009. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

NZPC, New Zealand Prostitutes Collective. Nova Zelândia, 2013. Disponível em: <http://www.nzpc.org.nz/decriminalisation/multimedia/>. Acesso em 07 Jun 2017.

OLIVEIRA, Sérgio Rodas. “Vida de prostitutas melhoraria com regulamentação, diz Jean Wyllys”. Disponível em: <http://ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/noticias/69323/regulamentacao+da+profissao+melhoraria+condicao+de+vida+das+prostitutas.shtml>. Acessado em 19/11/2016.

PIOVESAN, Eduardo. Câmara aprova fim da pena de prisão para vadiagem. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITO-E-JUSTICA/423736->

CAMARA-APROVA-FIM-DA-PENA-DE-PRISAO-PARA-VADIAGEM.html. Acesso em 12 Maio 2017.

PIRES, Jean. Profissionais do Sexo: “Prostituição não é crime, é trabalho”, diz procurador do MPT sobre prática, 2014. Disponível em <https://jean2santos.jusbrasil.com.br/artigos/118241033/profissionais-do-sexo-prostituicao-nao-e-crime-e-trabalho-diz-procurador-do-mpt-sobre-pratica>. Acesso em 14 Jun. 2017.

PISCITELLI, Adriana. Exploração sexual, trabalho sexual: noções e limites. Paper apresentado no seminário: Corpos, sexualidades e feminilidades UERJ, setembro de 2012.

Projeto de Lei nº 3.436/97, que dispõe sobre a regulamentação das atividades exercidas por pessoas que praticam a prostituição em desacordo com os costumes morais e atentatórios ao pudor, criado pelo Deputado Sr. Dr. Wigberto Tartuce. Disponível em http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=F786987605FB51B03D9DED3D3C6FD26A.node2?codteor=1130871&filename=Avulso+-PL+3436/1997. Acessado em 19/11/2016.

Projeto de Lei nº 4211/2012 (Lei Gabriela Leite), que regulamenta a atividade dos profissionais do sexo, criado pelo Deputado Sr. Jean Wyllys. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1012829&filename=PL+4211/2012

Projeto de Lei nº 4244/2004, que Institui a profissão de trabalhadores da sexualidade e dá outras providências, criado pelo Deputado Eduardo Valverde. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=266197>.

Projeto de Lei nº 98/2003, que dispõe sobre a exigibilidade de pagamento por serviço de natureza sexual e suprime os arts. 228, 229 e 231 do Código Penal, criado pelo Deputado Fernando Gabeira. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=104691>.

QUINTANILHA, Gabriel. Artigo 71, 72 e 73. [2015?] Disponível em <http://www.direitocom.com/codigo-tributario-nacional-comentado/livro-primeiro-sistema-tributario-nacional-do-artigo-2-ao-95/titulo-iii-impostos-do-artigo-16-ao-76/capitulo-iv-impostos-sobre-a-producao-e-a-circulacao-do-artigo-46-ao-73/artigo-71-10>. Acesso em 14 Jun. 2017.

ROBERTS, Nickie. As prostitutas na História. Tradução de Magda Lopes. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos tempos, 1992.

ROSSIAUD, Jacques. A prostituição na Idade Média. Tradução de Cláudia Shilling. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p.

ROSSIAUD, Jacques. Sexualités au Moyen Age. Editions Jean-Paul Gisserot, 2012.

SILVA, Mario Bezerra da. “Profissionais do sexo e o Ministério do Trabalho”. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5233. Acessado em 19/11/2016.

SILVA, Thais Campos. Prostituição e direito do trabalho. Belo Horizonte: RTM. 2017.

SIRONI, Fernanda Menegotto. O paternalismo do Estado e s crimes relativos à prostituição. [2011?].

SORFLEET, A. “Report of the European Conference on Sex Work, Human Rights, Labour and Migration, Brussels (2005)”.

VIEIRA, Thiago. “Prostituição: aspectos penais, trabalhistas e civis”. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/14934/prostituicao-aspectos-penais-trabalhistas-e-civis>. Acessado em 19/11/2016.